CONVERGÊNCIA

ISSN 0010-8162

Março 2007 • Ano XLII • Nº 400

- A Vida Religiosa perante a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho
- Povos Indígenas na Amazônia Brasileira
- Família e catequese: História de uma crise ou esperança de um novo caminhar?
- Subjetividade na pós-modernidade: motivações, desejos, sonhos

CRB

EDITORIAL 65
PALAVRA DO PAPA 69
INFORME CRB 72
ARTIGOS 75
A Vida Religiosa perante a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho 75
PEDRO ACEVEDO
Povos Indígenas na Amazônia Brasileira 86
PAULO SUESS
Família e catequese: História de uma crise ou esperança de um novo caminhar? 100
JUSSARA LINHARES
Subjetividade na pós-modernidade: motivações, desejos, sonhos 116
WILLIAM CÉSAR CASTILHO PEREIRA

A ilustração da capa da Convergência de 2007, do artista Anderson S. Pereira, MSC, foi inspirado no livro de Rute, no qual a mulher é protagonista do resgate da vida. A realidade de dor e esperança transpassa o corpo da mulher, símbolo da VRC inserida que vive o mistério de Deus encarnado.

CONVERGÊNCIA
Revista Mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB
ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL
Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL
Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO
Coordenadora
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial
Ir. Aíla Luiza Pinheiro de Andrade, NJ
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitório, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

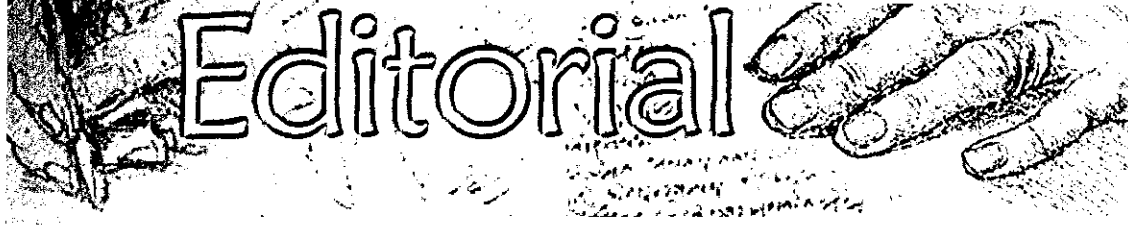
DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
20038-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2240-7299
Fax (21) 2240-4486
E-mail: crb@crbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura Anual para 2007 | Brasil: R$ 80,00
Exterior: US$ 80,00 ou o correspondente em R$ (Reais)
Números avulsos: R$ 8,00 ou US$ 8,00

PROJETO GRÁFICO: *Célia Maria Cerveira - Designer Gráfico*



Nova encruzilhada histórica

A Igreja no Brasil prepara-se para acolher um evento de grande transcendência para o futuro da vida eclesial no Continente: A V Conferência do Episcopado latino-americano, a celebrar-se em Aparecida do Norte, em maio próximo. O Papa Bento XVI deverá participar dos atos inaugurais da Conferência.

Em continuidade histórica com Medellín, Puebla e Santo Domingo, Aparecida agora é alvo das atenções e do interesse dos milhões de católicos que povoam o Continente e, inclusive, da Igreja católica em outras regiões do mundo.

O evento acontece num momento grave e desafiador para a humanidade. A escalada da violência sob as mais diversas formas; os conflitos bélicos em curso, que ceifam vidas humanas e consomem cifras astronômicas de dólares; a pobreza devastadora não só não contida, mas em crescimento em várias regiões da terra; o crescente fenômeno da exclusão por razões sociais, culturais, religiosas, de gênero e etnia; o avanço tecnológico acelerado que beneficia apenas uma exígua minoria da população mundial; a ameaça ao equilíbrio ambiental, vista agora em toda a sua extensão e gravidade, são alguns dos sintomas da crise inédita com que nos deparamos hoje.

O Continente latino-americano é, sem dúvida, uma das regiões mais penalizadas por vários desses fenômenos, um continente de pobreza endêmica, de dominação e de exclusão. Medellín, quarenta anos atrás alertou a consciência dos católicos para a gravidade desse fenômeno, afirmando: *"Um surdo clamor brota de milhões de homens pedindo a seus pastores uma libertação que não lhe vem de nenhuma parte"* (Pobreza da Igreja 2). Retomando este alerta dez anos mais tarde, Puebla advertiu: *"o clamor pode ter parecido surdo naquela ocasião. Agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador"* (P 89). Os ecos desse clamor ressoaram também em Santo Domingo que denunciou vigorosamente: *"O crescente empobrecimento em que estão submersos milhões de irmãos nossos, até chegar a intoleráveis extremos de miséria, é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e el Caribe. Assim o denunciamos em Medellín e Puebla e hoje tornamos a fazê-lo com preocupação e angústia"* (SD 179). No decorrer dos anos que nos separam de Santo Domingo, a situação continuou a agravar-se. A expansão e, em alguns casos, a radicalização das políticas econômicas neoliberais nos

vários países do Continente, contribuíram para o agravamento da situação.

Em tais circunstâncias, não é fácil, mas é urgente, estabelecer prioridades para a evangelização no horizonte do futuro. Nossos bispos e seus assessores reunidos em Aparecida deverão enfrentar essa árdua tarefa. O Povo de Deus espera de seus pastores respostas à altura da gravidade do momento histórico. Mas a consciência da responsabilidade frente a tais desafios nos incumbe a todos e a todas. De nossa lucidez crítica na escuta dos novos sinais dos tempos, de nossa abertura à ação do Espírito, da nossa audácia apostólico-profética dependem os novos rumos que se abrirão (ou não se abrirão) para nossas comunidades eclesiais e nossos povos. A Vida Religiosa não pode se omitir. Está chamada a dar testemunho da sua vocação de profeta do Reino e do seu compromisso eclesial.

Convergência deste mês de março quer ajudar as comunidades a refletir sobre o momento sócio-eclesial e seus desafios. Os artigos publicados são excelente subsidio para tal reflexão e para um compromisso sério e transformador com a realidade latino-americana, na busca de uma evangelização inculturada.

No contexto da preparação e da celebração da V Conferência do Episcopado Latino-americano, o artigo de Pedro Acevedo – ***"A Vida Religiosa perante a V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribeño. Alguns desafios a partir da sociedade e da ética"*** – é um subsídio oportuno e pro-vocador para ajudar as comunidades religiosas a se imbuírem do espírito de Aparecida e participarem ativamente no mutirão preparatório da grande Assembléia. O autor parte de algumas constatações sobre o atual momento histórico da Sociedade e da Igreja em nível mundial, focalizando particularmente o fenômeno da globalização neoliberal, a importância que adquire o fenômeno religioso, o crescimento da pobreza e da violência no mundo e particularmente nos países da América Latina, o desencanto com o mundo da política. Focaliza também brevemente alguns traços da atual situação da Vida Religiosa e do seu empenho evangelizador no mundo contemporâneo. Lança depois um olhar ao horizonte do futuro, tratando de identificar aí os grandes desafios que se impõem à consciência de todo aquele que segue Jesus hoje, destacando a peculiar importância da renovada opção pelos pobres e de uma adequada compreensão do papel da sociedade civil e da presença e atuação da Vida Religiosa aí. Na conclusão, o autor insiste na necessidade de se "estabelecer um novo agir a partir dos diferentes aspectos sociais que incidem na sociedade de hoje". Isto supõe "reconhecer a complexidade desses fatores e os novos caminhos que se abrem para nós, como religiosos e religiosas, nestas situações. Certamente falta percorrer uma longa estrada neste sentido, porém generosidade e presença não nos faltam, por isso devemos vislumbrar o futuro com a esperança que vem da fé dos pobres e do seguimento de Jesus".

"Povos indígenas na Amazônia brasileira" – de Paulo Suess, é um artigo interessante e questionador. Insere-se no marco das reflexões que a temática da Campanha da Fraternidade de 2007 está suscitando em todo o País. Oferece um rico e documentado material de informação e de estudo sobre a real situação da Ama-

zônia hoje, particularmente sobre a situação das nações indígenas naquela Região. O autor parte de uma série de dados sobre a realidade, destacando fenômenos como a exploração ilegal da madeira, o desmatamento, a grilagem da terra, a especulação fundiária, a ameaça física dos povos indígenas como constante histórica. Nessa perspectiva, o autor lembra que dos 235 povos indígenas que habitam o solo brasileiro, aproximadamente 180 vivem na Amazônia Legal, ou seja, 77% do total. O caso concreto da terra indígena "Raposa Terra do Sol", demarcada após trinta anos de resistência, é descrito e comentado no texto como símbolo da luta daqueles povos. A última parte do artigo lembra que "sonhar é preciso" e menciona três grandes desafios ou apontamentos pastorais para a Amazônia hoje e na perspectiva do futuro: o protagonismo indígena, o horizonte profético no meio dos conflitos, a missão de construir um mundo para todos. No dizer do Texto Base da CF 2007, a Campanha deste ano "poderá ser um grande momento para trazer a Amazônia para dentro do coração da Igreja no Brasil e de todos os brasileiros; será ocasião também para suscitar iniciativas e ações eficazes de valorização e defesa daquela vasta e ameaçada região brasileira. Antes que seja tarde demais". O artigo de Paulo Suess contribuirá certamente para que esse objetivo se alcance.

O artigo de Jussara Linhares – ***"Família e Catequese: história de uma crise ou esperança de um novo caminhar?"*** – é sugestivo e iluminador. O texto se estrutura em torno a dois grandes eixos; família e catequese, no intuito de articulá-los numa perspectiva atual. Na primeira parte do artigo, a autora apresenta uma interessante exposição sobre o próprio conceito *família* e seu sentido jurídico. Numa breve reflexão de corte histórico, lembra as funções da família no Estado e na Igreja, até a Idade Média. Focaliza depois a questão do Direito privado da família e se detém na descrição da família que entra no novo milênio, destacando a realidade da família brasileira. Coloca questões instigantes e provocadoras: será que as causas que levaram ao quase desmantelamento da família serão as mesmas que a levarão hoje a uma recuperação? Não será a família hoje o último refúgio de humanização? Ou o individualismo e o egoísmo contemporâneos da sociedade pós-industrial continuarão a promover a desagregação da família? A família terá hoje uma nova função social de acolhimento, de ser o reduto do afeto, o asilo da humanidade esfacelada em cada um de nós? Na Segunda parte do artigo, a autora apresenta elementos interessantes de reflexão sobre a influência mútua entre família e catequese. Refere-se à prática de Jesus em relação com a família e focaliza com lucidez as exigências de uma catequese autêntica nos dias de hoje. Conclui o artigo afirmando que "o cerne do desafio da catequese não está simplesmente na transmissão de uma certa idéia de Deus, mas na do Pai de Jesus Cristo, o que somente se consegue obter pela experiência do encontro com Nosso Senhor Jesus Cristo, encontro esse que significa libertação para o homem. Toda a renovação da catequese está depositada na esperança de que o seu agente seja efetivamente alguém que testemunhe esse encontro".

William César Castilho Pereira, no seu artigo – ***"Subjetividade na pós-***

modernidade: motivações, desejos, sonhos" – trata uma questão de enorme interesse para a Vida Religiosa no momento atual. O autor começa o seu texto com uma breve e iluminadora visão das principais características da pós-modernidade e da sua repercussão na vida de religiosas e religiosos. Em seguida, focaliza a candente questão da perplexidade que existe hoje em muitas comunidades religiosas, gerando pessimismo, desesperança e frustração, e sinaliza para as diferentes atitudes que se podem tomar nesta circunstância. A importância de se manter uma vigilante atitude de busca e de análise do institucional, com suas exigências e benefícios, é tratada com clareza e pertinência. No item "Trilhas e Caminhos", faz uma instigante abordagem da problemática que experimenta hoje a Vida Religiosa, apontando prioridades e destaques para lidar positivamente com tais desafios. Questões candentes como: conflito entre o fixo e o itinerante, o masculino e o feminino, a formação permanente e a profissionalização, o comunitário e a individuação, o poder e o serviço, são tratadas com maestria, de forma iluminadora e provocadora. O autor conclui observando que "a VR que está em crise, é justamente a organização religiosa que desacelerou a sua forma de utopia e sonho. É o modelo onde germinaram as modalidades individualistas, incomunicáveis, centralizadoras, as restrições afetivas impostas, sobretudo às mulheres, a claustrofobia doméstica que contribui para fixar as pessoas sem perspectiva política/profética e sem a ternura amiga". Pela riqueza do conteúdo e pela relevância das questões desenvolvidas, o artigo merece ser lido e aprofundado nas comunidades com especial empenho.

Mensagem do Papa Bento XVI para o 41º Dia Mundial das Comunicações Sociais

"As crianças e os meios de comunicação social: um desafio para a educação"

20 de maio de 2007

Queridos Irmãos e Irmãs

1. O tema do 41º Dia Mundial das Comunicações Sociais, «As crianças e os meios de comunicação social: um desafio para a educação», convida-nos a refletir sobre dois assuntos de imensa importância. A formação das crianças é o primeiro. O segundo, talvez menos óbvio mas não menos importante, é a formação dos meios de comunicação social.

Os complexos desafios que se apresentam para a educação nos dias de hoje estão freqüentemente vinculados à ampla influência dos meios de comunicação social no nosso mundo. Como um dos aspectos do fenômeno da globalização, e facilitados pelo rápido desenvolvimento da tecnologia, os meios de comunicação social modelam profundamente o ambiente cultural (cf. Papa João Paulo II, Carta Apostólica *O rápido desenvolvimento*, 3). Com efeito, algumas pessoas afirmam que a influência formativa dos meios de comunicação social concorre com a da escola, da Igreja e talvez mesmo do lar. «Para muitas pessoas, a realidade corresponde ao que os *mass media* definem como tal» (Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, *Aetatis Novae*, 4).

2. A relação entre crianças, meios de comunicação social e educação pode ser considerada a partir de duas perspectivas: a formação das crianças por parte dos *mass media*; e a formação das crianças para que respondam apropriadamente aos *mass media*. Sobressai um tipo de reciprocidade que indica as responsabilidades dos meios de comunicação social como indústria e a necessidade de uma participação ativa e crítica dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes. Nesta perspectiva, formar-se no uso apropriado dos meios de comunicação social é essencial para o desenvolvimento cultural, moral e espiritual das crianças.

Como é que se há-de salvaguardar e promover o bem comum? Educar as crian-

ças a serem judiciosas no uso dos *mass media* é uma responsabilidade que cabe aos pais, à Igreja e à escola. O papel dos pais é de importância primordial. Eles têm o direito e o dever de assegurar o uso prudente dos meios de comunicação social, formando a consciência dos seus filhos a fim de que expressem juízos sadios e objetivos, que sucessivamente há de orientá-los na escolha ou rejeição dos programas disponíveis (cf. Papa João Paulo II, Exortação Apostólica *Familiaris consortio*, 76). Ao agir deste modo, os pais deveriam contar com o encorajamento e a assistência das escolas e das paróquias, para garantir que este aspecto difícil, mas estimulante da educação é apoiado pela comunidade mais vasta.

A educação aos *mass media* deveria ser positiva. As crianças expostas ao que é estética e moralmente excelente são ajudadas a desenvolver o apreço, a prudência e as capacidades de discernimento. Aqui é importante reconhecer o valor fundamental do exemplo dos pais e os benefícios da apresentação aos jovens dos clássicos infantis da literatura, das belas-artes e da música edificante. Enquanto a literatura popular terá sempre o seu espaço na cultura, a tentação do sensacionalismo não deveria ser passivamente aceita nos lugares de ensino. A beleza, uma espécie de espelho do divino, inspira e vivifica os corações e as mentes mais jovens, ao passo que a torpeza e a vulgaridade têm um impacto depressivo sobre as atitudes e os comportamentos.

Como a educação em geral, a educação aos *mass media* exige a formação no exercício da liberdade. Trata-se de uma tarefa exigente. Muitas vezes a liberdade é apresentada como uma busca implacável do prazer e de novas experiências. Contudo, isto é uma condenação, não uma libertação! A verdadeira liberdade jamais poderia condenar o indivíduo – especialmente a criança – a uma busca insaciável de novidades. À luz da verdade, a liberdade autêntica é experimentada como uma resposta definitiva ao «sim» de Deus à humanidade, enquanto nos chama a escolher, não indiscriminada mas deliberadamente, tudo o que é bom, verdadeiro e belo. Assim os pais, como guardiãs de tal liberdade, concederão gradualmente uma maior liberdade aos seus filhos, introduzindo-os ao mesmo mesmo na profunda alegria da vida (cf. *Discurso no V Encontro Mundial das Famílias*, Valência, 8 de Julho de 2006).

A verdadeira liberdade jamais poderia condenar o indivíduo – especialmente a criança – a uma busca insaciável de novidades.

3. Esta aspiração sincera dos pais e professores de educar as crianças pelos caminhos da beleza, da verdade e da bondade somente pode ser sustentada pela indústria dos meios de comunicação social, na medida em que ela promover a dignidade humana fundamental, o valor genuíno do matrimônio e da vida familiar, e as conquistas e as finalidades positivas da humanidade. Deste modo, a necessidade que os *mass media* têm de se comprometerem na formação efetiva e nos padrões éticos é considerada com particular interesse e mesmo urgência, não só pelos pais e professores, mas também por todos aqueles

que têm um sentido de responsabilidade cívica.

Mesmo quando estamos convencidos de que muitas pessoas comprometidas nos meios de comunicação social desejam realizar o que é justo (cf. Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, *Ética nas Comunicações*, 4), devemos reconhecer também que as que trabalham neste campo enfrentam «pressões psicológicas e dilemas éticos particulares» (*Aetatis Novae*, 19), que por vezes vêem a concorrência comercial impelir os comunicadores para níveis mais baixos. Qualquer tendência a realizar programas e produtos – inclusive desenhos animados e videojogos que, em nome do entretenimento, exalta a violência e apresenta comportamentos anti-sociais ou a banalização da sexualidade humana constitui uma perversão, e é ainda mais repugnante quando tais programas são destinados às crianças e aos adolescentes. Como é que se poderia explicar este «entretenimento» aos numerosos jovens inocentes que realmente são vítimas da violência, da exploração e do abuso? A este propósito, todos deveriam refletir sobre o contraste entre Cristo, que «as tomou [as crianças] nos braços e as abençoou, impondo-lhes as mãos» (*Mc* 10,16) e aquele que «escandaliza... estes pequeninos», a quem «seria melhor... que lhe atassem ao pescoço uma pedra de moinho» (*Lc* 17,2). Uma vez mais, exorto os responsáveis da indústria dos meios de comunicação social a salvaguardarem o bem comum, a promoverem a verdade, a protegerem a dignidade humana de cada indivíduo e a fomentarem o respeito pelas necessidades da família.

4. A própria Igreja, à luz da mensagem de salvação que lhe foi confiada, é também uma mestra de humanidade e valoriza a oportunidade de oferecer assistência aos pais, aos educadores, aos comunicadores e aos jovens. Os seus programas paroquiais e escolares deveriam ocupar um lugar de vanguarda na educação aos *mass media* nos dias de hoje. Sobretudo, a Igreja deseja compartilhar uma visão da dignidade humana que é central para toda a comunicação humana digna. «Eu vejo com os olhos de Cristo e posso dar ao outro muito mais do que as coisas externamente necessárias: posso dar-lhe o olhar de amor de que ele precisa» (*Deus caritas est*, 18).

Vaticano, 24 de janeiro de 2007,
festa de São Francisco de Sales.

BENEDICTUS PP. XVI

1. Mensagem Pastoral ao Povo de Deus sobre a visita do Papa Bento XVI ao Brasil e a 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

A Igreja Católica no Brasil terá a graça de viver, em maio deste ano, dois momentos extraordinários: a visita do Papa Bento XVI e a Conferência Geral do Episcopado da América Latina e Caribe, em Aparecida, de 13 a 31 de maio. Nós, bispos do Brasil, manifestamos nossa alegria por esses acontecimentos e convocamos o Povo de Deus a acompanhar esses eventos.

O Santo Padre visitará o Brasil nos dias 9 a 13 de maio próximo. Nesses dias, será recebido pelo Sr. Presidente da República e outras autoridades; terá encontro com a juventude, com os bispos do Brasil, e celebrará a Santa Missa com intensa participação de fiéis.

No Vale do Paraíba, o Papa visitará a Fazenda da Esperança – obra dedicada à recuperação de dependentes químicos – e, na Basílica de N. Sra. Aparecida, rezará o Rosário, celebrará a Santa Missa e presidirá a sessão inaugural da Conferência Geral.

Ao mesmo tempo que nos enche de alegria, a visita do Papa ao Brasil é também um extraordinário estímulo à nossa ação evangelizadora. O Papa – sinal visível da unidade e da comunhão eclesial – tem a missão de confirmar na fé os seus irmãos, como Jesus confiou a Pedro (cf. Lc 22,32).

Manifestamos nossa profunda gratidão ao Papa Bento XVI por ter escolhido o Brasil como sede da 5ª Conferência, junto ao Santuário Nacional de N. Sra. Aparecida. Com o tema: *Discípulos e Missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida*, a Conferência de Aparecida reunirá representantes das Conferências Episcopais de todos os países da América Latina e Caribe, e contará também com a participação de membros de organismos da Santa Sé, dos outros Continentes e alguns convidados.

Conclamamos o Povo de Deus a acompanhar a Conferência de Aparecida com a oração, reflexão e escuta da Palavra do Senhor. Nas comunidades, sejam promovidos momentos especiais de oração em preparação ao evento. Incentivamos a que todos participem da visita do Papa e acompanhem, por diversos meios, o desenrolar da Conferência.

Este é um tempo favorável que a Providência Divina nos concede! Alegremo-

nos e abramos o nosso coração para ouvir e acolher aquilo que o Senhor irá falar. Disponhamo-nos a viver de forma nova e aprofundada a graça de nossa vocação de discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida, pois ele é o caminho, a verdade e a vida (Jo 14,6).

Brasília, 8 de fevereiro de 2007

Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Arcebispo de São Salvador da Bahia
Presidente da CNBB

Dom Antônio Celso de Queirós
Bispo de Catanduva-SP
Vice-Presidente da CNBB

Dom Odilo Pedro Scherer
Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário-Geral da CNBB

2. Quarta Semana Social Brasileira Seminário de Conclusão 17 a 19 de novembro de 2006

Realizou-se, em Brasília, de 17 a 19 de novembro de 2006, o Seminário conclusivo da Quarta Semana Social Brasileira, encerrando um processo de três anos, desde o seu lançamento no início de 2004.

Participaram representantes de todos os Estados do País, de Pastorais e de Movimentos Sociais e de outras entidades que aderiram a esta iniciativa da CNBB.

A proposta da Semana foi suscitar um *Mutirão por um Novo Brasil*, apostando na articulação das forças sociais para a construção do país que queremos.

Concluído este Seminário e terminada a Quarta Semana Social Brasileira, os participantes identificam com clareza os compromissos decorrentes deste rico processo de construção coletiva, em vista a continuar a construção de um novo Brasil, em especial, continuar e aprimorar a articulação das forças sociais

Para levar adiante o processo de Articulação das forças sociais, os participantes se propõem:

- Apostar no processo da Assembléia Popular, Mutirão por um novo Brasil, como instrumento dinamizador de causas comuns a serem assumidas em conjunto, em âmbito nacional, regional e local;
- Fortalecer os fóruns que aglutinam pastorais ou movimentos afins (Fórum das Pastorais Sociais, Fórum da Reforma Agrária, e outros);
- Trabalhar em redes, socializando causas, metodologias ou iniciativas, para fortalecer o processo que nos une com outras instâncias que visam o mesmo objetivo da construção do país que queremos;
- Valorizar a comunicação alternativa para diminuir a influência negativa dos grandes meios de comunicação e fortalecer uma comunicação eficaz e democrática entre os atores sociais populares;
- Dar atenção a todo tipo de novos atores sociais que vão surgindo.

Para fortalecer a Formação dos atores sociais, os participantes se propõem:

- Empreender um esforço especial de levar às bases os temas debatidos em nível nacional ou regional;
- Apostar na formação de novas lideranças;
- Dar atenção especial para as juventudes urbanas;
- Incentivar escolas de formação política, com metodologia popular, abertas à participação de todos;
- Socializar experiências positivas.

Dada sua importância, os participantes se propõem aderir a iniciativas articuladoras em nível nacional, como:

- O plebiscito para anulação do leilão da Vale do Rio Doce;
- As campanhas nacionais (Campanha da Fraternidade, Campanha pela Auditoria Cidadã da Dívida, Campanha para redução das tarifas de energia elétrica e pela criação de outras fontes renováveis de energia, Campanha contra o rebaixamento da idade penal, Campanha de valorização do salário mínimo e contra o modelo neoliberal (maio 2007), Campanha da Marcha das Mulheres (08 de março).

Os participantes se propõem continuar o Mutirão por um novo Brasil, construindo um projeto de país, em parceria com outras forças sociais democráticas, integrando valores que nos unem no sonho de um país politicamente democrático, economicamente justo, socialmente solidário, culturalmente plural, religiosamente ecumênico, ecologicamente sustentável, sem discriminações, que se traduza em um país com as seguintes características:

- Com um sistema político em que se exerça a democracia direta através de plebiscitos, referendos, iniciativas populares de leis, orçamento participativo e com a cidadania controlando o Estado;
- Que seja soberano, recupere as riquezas nacionais e respeite e valorize a biodiversidade. A democracia participativa será a garantia de soberania nacional;
- Em que o trabalho seja fonte de valorização pessoal, tenha remuneração digna e estabilidade e seja suprimido todo tipo de trabalho escravo;
- Cujas cidades sejam humanizadas, através de uma reforma urbana profunda, com garantia de moradia digna a todos;
- Que recupere o sentido primordial da terra com sua destinação universal como patrimônio comum da humanidade, respeite o meio ambiente e a biodiversidade, faça a Reforma Agrária e a regularização fundiária das comunidades tradicionais. e garanta a soberania alimentar;
- Cuja economia seja regulada pelo Estado para estar a serviço da vida de todos, organizada de maneira solidária;
- Em que sejam democratizados os meios de comunicação social, se faça a inclusão digital e se incentive a comunicação popular;
- Em que a educação e a cultura sejam um direito de todos, se valorizem os profissionais da educação e o patrimônio cultural, afirmando a importância da arte e da cultura popular nas suas diversas expressões;
- Em que a saúde seja direito de todos, se incentivem os Conselhos de Saúde e se cuide prioritariamente da saúde preventiva.

A Quarta Semana Social Brasileira se encerra. Mas o Mutirão por um novo Brasil continua, reforçado por estes compromissos.

A Vida Religiosa perante a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho

Alguns desafios a partir da sociedade e da ética [1]

PEDRO ACEVEDO, FSC

Introdução

A celebração da V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho, é um acontecimento de enorme importância para a vida de nossos povos e igrejas em toda a América Latina e Caribe. Portanto, a vida religiosa tão presente em tantos ambientes e espaços do nosso continente e do Caribe, coloca-se numa perspectiva de colaboração, de reflexão e de gerar processos que a situem da maneira mais correta, não somente dentro da igreja, mas também dentro da sociedade e dos novos cenários que estão surgindo no mundo de hoje. Em uma perspectiva de fé, temos que dizer a nós mesmos e a nós mesmas, que é mais um chamado do Senhor à fidelidade e à redescoberta de caminhos novos na missão e na construção da nova identidade que o futuro e a história que construímos até o momento exige de nós.

Por outro lado, recebemos um convite explícito da Presidência do CELAM para enriquecer o documento de Participação. E a Vida Religiosa, por tudo que foi dito anteriormente, deve dizer a sua palavra e se comprometer de maneira radical na animação de comunidades, de centros, de grupos e das próprias comunidades religiosas para que contribuam com a sua palavra e o seu compromisso, para que o chamado se torne vida e nos comprometa a tornar realidade, no momento atual, o tema que nos convida a todos – não somente os Bispos, mas todas as igrejas locais, através das Conferências Nacionais a participar com alegria e esperança, como discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida... "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14,6).

[1] Traduzido de "CLAR", ano XLIV n. 2, abril-junio 2006, pp. 43-53.

Para nos situarmos na perspectiva dos desafios da Vida Religiosa, é necessário que nos detenhamos na caracterização de alguns aspectos da realidade e da própria Vida Religiosa no momento atual, acentuando desta maneira, que ela não existe para si mesma, mas para a missão à qual o Senhor nos chamou em um determinado carisma e que se traduz em um dom para a Igreja e o mundo.

Alguns aspectos da realidade atual

Temos que partir do fato de que nos últimos tempos vivemos uma época vertiginosa de mudanças de todas as ordens que afetam todos os espaços da vida humana. Já se tornou muito comum entre nós falar e aceitar que vivemos uma mudança de época e uma época de mudanças, de transformações e de aspectos que devem se reorganizar, de uma profundidade e de uma magnitude tal que nos convidam a nos situarmos em outras perspectivas e em outras concepções da vida e da história. A fé nos convida a olhar esta situação com esperança e contribuir com o grau de humanidade, de solidariedade e de transcendência que os mesmos necessitam.

Há aspectos que se centram na própria pessoa, tais como a afirmação do indivíduo e do subjetivo; há aspectos que se situam nos campos sociais, políticos e econômicos, tais como o aumento alarmante da pobreza como fruto das políticas neo-liberais e do fenômeno da globalização, originando uma exclusão social que não tem precedente na história. O crescente número de pessoas que vivem fora de seus países de origem, manifesta-se em uma migração crescente tanto dentro quanto fora dos nossos países. Do mesmo modo, assistimos a um desencanto com o aspecto político quase sempre relacionado diretamente com o esvaziamento dos partidos políticos tradicionais e o crescimento e fortalecimento da sociedade civil.

Aspectos como a corrupção e a impunidade continuam sendo verdadeiros desafios a serem enfrentados pelos nossos governos. O impulso da sociedade civil nestas lutas tem sido determinante em muitos países para a obtenção de alguns resultados.

O crescente número de pessoas que vivem fora de seus países de origem, manifesta-se em uma migração crescente tanto dentro quanto fora dos nossos países.

Os direitos humanos e individuais se vêem seriamente ameaçados neste contexto. Do mesmo modo, a destruição do planeta e os seus efeitos para manter a qualidade de vida e do meio ambiente são, hoje mais do que nunca, um sério problema para toda a humanidade. Do ponto de vista religioso, há uma sede de valores espirituais, nem sempre acompanhados de uma consciência social e solidária com a humanidade; por outro lado, assistimos a um saudável pluralismo onde a Igreja católica não pode se constituir como a única depositária da verdade e, portanto, temos todos e todas que nos compreender em uma nova situação e criar as condições para conseguir um diálogo adulto e respeitoso com os irmãos e irmãs de outras confissões religiosas.

As próprias relações entre homem e mulher estabelecem a igualdade de gênero e a concepção da autoridade e dos papéis de ambos na sociedade de hoje.

Estas rápidas idéias evidentemente não podem dar o quadro completo da situação atual, o que nos coloca diante de cenários novos e exigem novas atitudes, novas imagens da Vida Religiosa, novos paradigmas para nos situarmos na realidade, novas maneiras de vermos e entendermos, o que resulta numa nova identidade e numa nova missão à qual sempre seremos chamados e chamadas, como uma exigência de nossa radicalidade em Deus que nos chama.

À guisa de síntese, podemos nos referir aos cenários que consideramos mais relevantes no momento atual:

- A importância do fenômeno religioso e a sua pluralidade no momento atual.
- O fenômeno da globalização e a imposição do modelo neo-liberal, que apoiado na economia de mercado, continua originando verdadeiras desigualdades dentro dos nossos países e na relação entre os países em âmbito internacional.
- O crescente fenômeno da pobreza na América Latina e no Caribe, ligada à desigualdade existente na região, assim como ao fenômeno da exclusão social. Os dados que nos oferece o CEPAL são mais do que alarmantes e exigem de nossa parte um novo delineamento do compromisso e da luta a favor da vida. Esta situação é praticamente o cenário maior que articula a maior parte dos demais cenários.
- A crise de sociabilidade e a violência existente nas nossas cidades. Parece que o horizonte e o futuro são negados aos pobres, pelo tanto que a exclusão social é forte as pessoas que não estão integradas ao sistema são "sobrantes" para o mesmo. Neste contexto, a violência é um componente muito forte, já que muitas vezes é uma espécie de resposta ou um resultado à exclusão. Sem pretender que a relação seja mecânica, não podemos deixar de fazer a relação com a conjuntura atual.
- O desencanto com a política e a revalorização da democracia, que têm a sua explicação, como dizíamos anteriormente, na perda da credibilidade dos partidos tradicionais e da sua incapacidade para resolver os problemas mais agudos dos nossos países a partir do poder. Esta mesma situação provocou o fenômeno da revalorização da democracia, enquanto esta é expressão de um desejo coletivo de uma maior justiça social e ordenamento das nossas sociedades. A chegada ao poder de governos socialistas e de esquerda nestes últimos anos no Continente e no Caribe, tem sua explicação nesta situação que, de fato, está supondo mudanças importantes na cultura e na concepção da política de nossos países.
- Em consonância com a incapacidade dos partidos políticos tradicionais e a sua articulação com outros fenômenos como o narcotráfico e a utilização dos recursos naturais como recursos próprios, entre outros, encontramos o cenário da corrupção e da impunidade em nossos países. Este fenômeno ameaça a democracia e a governabilidade e muitas vezes se

apóia em sistemas jurídicos frágeis e nas exigências reais de uma sociedade civil consciente e organizada. Diz-se que tanto a corrupção quanto a impunidade formam parte da nossa cultura política latino-americana e caribenha e têm conexão direta com os interesses políticos e econômicos da classe governante de nossos países.

- O cenário do fortalecimento da Sociedade Civil é o resultado, em nossos países, da consciência cidadã e do fortalecimento de tantos grupos e instituições que têm trabalhado em diferentes âmbitos, tais como grupo de mulheres, associações de bairro, instituições e centros diversos. Sem dúvida este é o cenário onde a Vida Religiosa há de encontrar um espaço privilegiado para a abertura de novos caminhos na missão.

Vistos estes cenários que surgem da realidade atual é necessário situar o horizonte e a situação atual da Vida Religiosa na América Latina e no Caribe hoje.

Algumas situações da Vida Religiosa hoje

A Confederação Latino-americana de Religiosos e Religiosas – CLAR – preparou um trabalho para o V Encontro Latino-americano de Bispos Responsáveis, Presidentes das Conferências Nacionais de Consagrados e Consagradas, Directiva da CLAR e CISAL, celebrado em Quito, de 10 a 14 de outubro de 2005. Este trabalho intitulado "Outro Mundo é possível, outra Igreja é possível, outra Vida Religiosa é possível" apresenta o estado da Vida Religiosa no momento atual sendo material de primeira mão para falarmos da mesma.

É bom partir da memória do nosso caminho, já que a Vida Religiosa é um modo particular de seguir Jesus e, sendo um carisma do Espírito dado à Igreja através de homens e mulheres que intuíram alguma necessidade nela e no mundo, forma parte da vida e da santidade da mesma (LG 44).

Devemos partir do fato de que nestes tempos não existe um único estilo de Vida Religiosa, mas coexistem vários modelos, sem que cheguemos a intuir de maneira clara uma nova configuração ou um modelo acabado que expresse os desejos ou os caminhos que vemos como possíveis. De certa maneira convivemos entre os desejos, as novas experiências e a abertura de novos caminhos, num clima de fidelidade e esperança.

Caracterizando a Vida Religiosa, o documento nos fala nos seguintes termos:

- Há uma Vida Religiosa, sobretudo de religiosas, inserida no meio dos pobres: subúrbios de cidades, lavradores, mineiros, indígenas, afro-americanos, zonas de conflitos, desalojados e refugiados, com as limitações de uma vida que nunca chega a ser como a do povo.
- Existe majoritariamente uma Vida Religiosa institucionalizada que trabalha na educação, saúde, assistência social (casas, orfanatos, hospitais, etc.), promoção social, com as possibilidades e ambigüidades de toda instituição (sinal de poder, substituição do estado, risco de se assimilar ao sistema...).
- Um grupo de religiosas e religiosos tem uma presença, às vezes mais pes-

soal, outras mais institucional, no campo da colaboração pastoral com a Igreja local: paróquias, CEBs, famílias, cárceres, meninos de rua, Universidades católicas, cúrias diocesanas e Conferências Episcopais, centros de espiritualidade... com o risco de se limitar ao mundo intra-eclesial.

- Mantém-se a presença silenciosa da vida contemplativa, que apesar de ser desconhecida por muitos, é um sinal de transcendência do reino de Deus e fonte de fecundidade espiritual.

Talvez, uma das constatações que nos oferece a caracterização anterior é que a Vida Religiosa está ausente de alguns espaços significativos da sociedade, onde justamente se articulam uma série de dinâmicas e transformações que têm relação com o desejo e o que se vive nos Fóruns Sociais Mundiais, de que "OUTRO MUNDO É POSSÍVEL"; arriscando uma afirmação tão geral, parece-nos importante vislumbrar alguns elementos diante do futuro e a partir daí, estabelecer o que podemos fazer para contribuir, a partir da dimensão ética e social, ao convite que nos foi feito de colaborar com a reflexão sobre estes elementos na V Conferência do CELAM.

Vislumbrando o horizonte

Delinear alguns traços em relação ao futuro significa levar em conta os seguintes elementos: a sempre renovada e permanente opção pelos pobres e ter uma idéia do que é a sociedade civil, para conseguir um compromisso dentro da mesma.

A sempre renovada e permanente opção pelos pobres

Ela está no próprio coração da nossa missão como crentes. E as valiosas contribuições a partir do campo teórico dos teólogos e teólogas da Igreja da América Latina e do Caribe, assim como a prática e a presença da Vida Religiosa em tantos ambientes empobrecidos, contribuiu para a renovação das nossas vidas, para o sentido da nossa missão e a irrupção dos pobres dentro de nós mesmos, das nossas famílias religiosas e da Igreja.

A nossa preocupação em assumir a causa dos pobres, apesar de nossas infidelidades e dificuldades, esteve presente ao longo da Evangelização da América Latina e do Caribe.

A nossa preocupação em assumir a causa dos pobres, apesar de nossas infidelidades e dificuldades, esteve presente ao longo da Evangelização da América Latina e do Caribe e, sem dúvida, contribuiu para lhe dar um novo rosto e abrir perspectivas e horizontes. É verdade que a pobreza é uma situação complexa e que, no nosso caso, como nos diz Gustavo Gutiérrez, não se limita somente ao aspecto econômico, enquanto toca profundamente a solidariedade, o amor de Deus e a dimensão espiritual, porém passa por este compromisso com a pobreza, como resultado da aproximação e da compaixão pelos empobrecidos.

Ao reconhecer a centralidade de nossas vidas a partir do mundo dos pobres, temos que ser capazes de assumir os novos elementos que formam parte deste mundo na atual conjuntura. Anteriormente tínhamos nos referido ao aumento crescente da pobreza. Segundo os dados da CEPAL-ONU no panorama social da América Latina em 2005, 40,6% da população latino-americana e caribenha se encontra em situação de pobreza e 16,8% em situação de extrema pobreza, isto é, em estado de indigência. Estes percentuais traduzidos em cifras jogam na nossa cara os seguintes dados: 213 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza e 88 milhões em estado de extrema pobreza ou indigência. Estas cifras nos colocam em uma situação de alarme em termos sociais e econômicos. A partir de nossas opções evangélicas, porém, nos colocam em um chamado a novos caminhos, a um aprofundamento da esperança e a perceber o desígnio de Deus sobre os pobres. E este desígnio é que Ele os ama e isso, para nós, é um chamado, é uma experiência e uma concretização da gratuidade de Deus.

Ao reconhecer a centralidade de nossas vidas a partir do mundo dos pobres, temos que ser capazes de assumir os novos elementos que formam parte deste mundo na atual conjuntura.

Essa pobreza é justamente a que gera exclusão em todos os níveis, já que é uma pobreza sem horizontes e sem alternativas reais de mudança ou de superação dentro do sistema neo-liberal. Estes setores empobrecidos, na medida em que não podem ser integrados ao sistema econômico formal, resultam sobrantes para o mesmo. Esta situação gera, em muitos casos, a violência estrutural, já que a manutenção das normas sociais neste sistema tem relação direta com a própria exclusão e com a impossibilidade de oferecer uma vida humana a toda a população. Estamos diante de uma série de novos fenômenos que não podem ser abordados somente a partir da dimensão ética e da compaixão, ainda que estes elementos sejam fundamentais para nos aproximar deles.

Esta situação de deterioração da qualidade de vida é justamente o que nos leva a afirmar, a optar pela vida e a destruir a morte, como expressão do pecado e da negação de Deus. Elevar os índices da vida humana deve ser uma tarefa e um compromisso permanente nos diferentes ambientes em que se desenvolve a nossa missão. O mundo universitário e acadêmico é um espaço privilegiado para a investigação e a busca de alternativas para a superação da pobreza e a busca de um desenvolvimento humano mais justo e igualitário.

A aproximação e compreensão da sociedade civil

Este é outro aspecto que nos parece importante na ampliação do horizonte, para isso é necessário compreender a sua definição, o seu significado e o seu alcance.

Seguindo os passos de Gabriela Agosto em seu livro intitulado "Capital Social Comunitario en la República Dominicana" (Centro de Estudos Sociais Pe. Juan

Montalvo SJ, Santo Domingo, D.N., 2003) o conceito de Sociedade Civil na atualidade provém de uma série de vertentes analíticas. Estas vertentes seriam as seguintes:

- A primeira vertente tem relação com a tradição teórica que os Filósofos Escoceses do século XVIII iniciaram. Ela nos diz que há um conceito amplo do termo, já que se parte de um modelo ideal caracterizado por um conjunto de instituições sócio-políticas conformadas pelo império da lei, a existência da autoridade pública limitada e responsável, os mercados econômicos, o pluralismo social e a esfera pública.
- A segunda vertente, originada no século XIX, é influenciada pela tradição Marxista e Sociológica e, a partir dos seus fundamentos, refere-se ao mercado, à luta de classes, à solidariedade e às associações, usa-se, pois, o termo Sociedade Civil numa lógica não governamental.
- Uma terceira vertente começou a se desenvolver no final do século XX e restringe muito mais o termo sociedade civil a âmbitos não governamentais. Nesta vertente a Sociedade Civil é uma rede associativa, conformada por associações e movimentos sociais e a esfera pública[2].

Isto nos mostra que o termo Sociedade Civil foi se constituindo ao longo da história a partir de perspectivas diferentes. De fato, nas obras de Cícero já se menciona "Sociedade Civil" e, como vimos nos últimos duzentos anos, os especialistas em teoria política desenvolveram o conceito de Sociedade Civil paralelo ao de Estado, porém, diferenciado e separado do mesmo Estado: é um espaço em que os cidadãos e as cidadãs se reúnem a partir dos seus próprios interesses e desejos.

De acordo com as situações históricas dos países, este termo acentua tal ou qual elemento e se desenvolve de uma maneira específica ou de outra. Tudo isto nos mostra que para se chegar a uma definição do termo "Sociedade Civil", temos que levar em conta diferentes âmbitos. A própria Gabriela Agosto, em forma de síntese, nos oferece cinco:

1. Um âmbito que relaciona o mercado e a ineficácia da ação governamental, fruto de crítica ao Estado do bem-estar dos países desenvolvidos, e ao Estado desenvolvimentista para o caso latino-americano. Deste ponto de vista as possibilidades da sociedade Civil se identificam com a economia de mercado e com a gestão pública.
2. Um espaço que relaciona a auto-organização e o mundo associativo, retomando os espaços filantrópicos e comunitários como eixo do tecido social.
3. Uma identificação com a nova moralidade que critica o utilitarismo e a visão instrumental-tecnológica, dando lugar a uma visão que reconhece processos de construção da Sociedade Civil na comunicação de valores.
4. O âmbito que estabelece a construção de novas subjetividades como espaço de interação de novas formas de ação pública.

[2] Agosto, Gabriela, op. cit., p. 31.

5. Finalmente, o âmbito que define a Sociedade Civil em contraposição ao Estado (e ao governo, assim como às instituições representativas tradicionais). Quer dizer, a busca do poder e do caráter coercitivo do uso da força[3].

Podemos dizer que este conceito representa a totalidade dos grupos, organizações e redes que se situam fora do aparato estatal formal e, como tal, trata-se de um conceito muito mais amplo que as organizações não governamentais (ONGs), porque inclui toda uma gama de organizações que se referem aos "grupos de interesse", tais como os sindicatos, associações profissionais, câmaras de comércio, religiões, grupos estudantis, sociedades culturais, clubes esportivos e grupos comunitários informais. Como tal, abarca as organizações cujos objetivos são diametralmente opostos, como é o caso dos grupos de caçadores e dos defensores dos direitos dos animais[4].

Podemos chegar a uma síntese a partir das duas definições que a Gabriela Agosto nos oferece, e que são de Rodrigo Aracena e Leopoldo Artiles.

- Sociedade Civil é o conjunto de atividades de tipo associativo relativamente autônomas com relação ao Estado e ao sistema político, assim como à sociedade econômica que se orienta à articulação de valores, à reivindicação de interesses e ao cultivo da sociabilidade e das manifestações da cultura[5].
- Sociedade Civil é o domínio que pode mediar potencialmente entre Estado e setores privados e oferecer às mulheres e aos homens espaços para atividades que são ao mesmo tempo, voluntárias e públicas, um espaço que una a virtude do setor privado – liberdade – com a virtude do setor público – preocupação pelo bem comum. A Sociedade Civil é, pois, pública sem ser coercitiva, voluntária sem ser privada[6].

Se a democracia não tem como horizonte construir a justiça e a igualdade, a Vida Religiosa tem que se converter em uma espécie de vigilante permanente para conseguir isso...

Ao chegar a uma definição e ao alcance do que entendo ser o segundo horizonte a se levar em conta, devemos estar conscientes de que, se considerarmos esta perspectiva, serão ampliadas não somente uma série de possibilidades, mas também a intencionalidade do nosso agir. Os nossos compromissos e os nossos discursos adquirem outra visão e outros caminhos.

Qual a nossa contribuição para a reflexão atual diante da V Conferência a partir deste mundo social e da ética?

[3] Agosto, Gabriela, op. cit., p. 32-33.

[4] Source Book. La sociedad civil (A sociedade civil), cap. 15, p. 200. Artigo tirado da Internet no site de google: "sociedad civil".

[5] Agosto, Gabriela, op. cit., p. 35.

[6] Agosto, Gabriela, op. cit., p. 35.

Definir esta situação frente à V Conferência, supõe não somente uma contribuição à vida da Igreja e da sociedade Latino-Americana e do Caribe, mas também uma reflexão dentro da própria Vida Religiosa e da medida em que ela integra estes aspectos, renova e reafirma sua própria identidade.

Partindo da minha prática pessoal como membro de um projeto dos organismos da sociedade civil dominicana e como religioso inserido num meio popular, aventuro-me a estabelecer alguns elementos que me parecem importantes:

- Voltar ao que eu chamaria de nossa opção radical e permanente com relação ao mundo dos pobres. Isso supõe centrar a nossa evangelização, o nosso estilo de vida e as nossas intenções profundas em conexão com o mundo dos pobres, qualquer que seja o lugar em que nos encontremos e, sobretudo, sendo capazes de integrar a visão de exclusão e de desigualdade, frutos do sistema neoliberal.
- Repensar a dimensão política de nossos compromissos; quase sempre ficamos no discurso e na crítica ao mundo dos partidos políticos, que, embora seja necessária não nos leva necessariamente a uma reconciliação com este mundo e a levar em conta este horizonte na cotidianidade do nosso compromisso. A Vida Religiosa, na medida em que redimensiona o seu agir político, toma como eixo fundamental do seu compromisso a construção da democracia e a necessidade de assegurar a participação real e permanente dos setores excluídos da nossa sociedade na tomada de decisão, na participação na sociedade e na necessidade de ser respeitados e tratados como filhos e filhas de Deus.
- Se a democracia não tem como horizonte construir a justiça e a igualdade, a Vida Religiosa tem que se converter em uma espécie de vigilante permanente para conseguir isso, porém, é necessário que o faça com a sua prática e com o seu silêncio, e não tanto com o discurso teórico e o poder que lhe advém do seu status religioso.
- Juntamente com o elemento anterior, está o fato da construção da cidadania, como resultado do compromisso pela transformação da sociedade. Este agir da sociedade civil não pode nos levar a substituir o Estado nem os partidos políticos, ainda que se tenha uma função em relação a ambos.

Com relação ao Estado, seria propor uma reforma que permita não somente uma maior eficiência, mas também uma re-organização de suas instituições, que permitam por sua vez maiores espaços e formas de interação entre o Estado e a pluralidade dos grupos sociais sob a autoridade das leis e procedimentos democráticos como resultado desta situação; a sociedade civil se converte em um mecanismo de pressão para conseguir a institucionalidade do Estado.

Para conseguir este propósito devemos falar de uma nova forma de relações sociais entre o governo, os representantes dos poderes do Estado e a própria população, deixando para trás a forma vertical e unilateral da sociedade na relação com suas instituições governamentais.

Porém, sobretudo, estamos fazendo referência a uma nova forma de relação social entre as diferentes organizações sociais que representam a diversidade de setores em que atuam e interagem em um espaço territorial que pode ser local ou nacional.

Neste contexto já não importa se um grupo, de maneira individual, tenha os mecanismos para se relacionar com o Estado, pondo às claras as práticas políticas nefastas que culturalmente caracterizaram nossa política como o clientelismo e o amiguismo, mas o importante é que existe uma diversidade cada vez maior de organizações sociais que buscam conformar um bloco de poder para fazer valer os próprios direitos e fazer ouvir a própria voz e, neste sentido, a atitude de aceitação das decisões políticas já não resulta tão passiva para a população, porque esta vai se constituindo em uma força social, com capacidade de opinar, de mandar e sobretudo de fazer propostas para a solução dos problemas que a afeta de maneira coletiva.

Dentro desta mesma sociedade civil é preciso reconhecer a diversidade e a pluralidade e na mesma medida podemos fazer acordos e estabelecer pactos para o nosso agir, para que seja eficaz e coordenado. Temos, pois, que potenciar e cultivar uma cultura democrática entre nós.

Quanto aos partidos políticos, é necessário desmistificar o poder absoluto que pensam ter, para que possam conseguir um vínculo com a sociedade civil não a partir da sua manipulação, mas a partir da escuta da mesma, o respeito a seu espaço e a possibilidade de um acordo quando for necessário.

Devemos, pois, afirmar que a incidência da sociedade civil não implica necessariamente estar contra os governos e os partidos políticos, mas uma legítima expressão de valores e interesses, que ao serem reinterpretados construtivamente, podem enriquecer substancialmente a capacidade do sistema político para representar sociedades cada vez mais complexas com novas propostas para os anos vindouros.

Dentro desta mesma sociedade civil é preciso reconhecer a diversidade e a pluralidade e na mesma medida podemos fazer acordos e estabelecer pactos para o nosso agir, para que seja eficaz e coordenado.

Este agir, para a Vida Religiosa se converte em uma aprendizagem e em uma nova maneira de assumir um compromisso social que, mesmo não sendo absoluto, é um caminho de eficácia e de assunção de novos valores.

Neste novo agir da Vida Religiosa é importante levar em conta o fenômeno da corrupção e da impunidade a que nos referimos anteriormente como dificuldade real nas nossas sociedades, diante da qual as populações assumem um papel passivo e não exigem mecanismos de sanção contra os atos de corrupção que ocorrem diariamente em nossos países.

Para se conseguir uma ação em relação à corrupção e à impunidade, a Vida Religiosa deve se converter em um fator de mobilização da população para enfrentar estas dificuldades, integrando neste

agir uma dimensão ética da vida que seja capaz de animar e sustentar todos os aspectos da mesma e todas as esferas do nosso compromisso.

Sempre acreditamos que a dimensão ética é para os governantes e autoridades, quando, ao invés, é necessária para todas as pessoas; e devemos integrá-la como condição necessária para o serviço e o compromisso com os demais. No nosso caso, uma ética desligada de uma experiência espiritual resultaria insuficiente, já que ela é a fonte e o sustenho onde se apóia a ética. A gratuidade e a servicialidade que se desprendem de todo compromisso ético vão adquirir sua plenitude na experiência que brota da fé e do Deus que nos chama a nos entregarmos aos outros.

- Outro elemento importante para se levar em conta é a construção de uma cultura da paz, dados os fenômenos de violência e destruição da vida em todas as suas expressões (a natureza e a vida humana). Para isso, a Vida Religiosa tem que trabalhar muito para a mudança substancial do "imaginário dominante" que existe nas nossas sociedades com relação ao ser humano que queremos e aspiramos. Normalmente as idéias dominantes se constroem a partir do poder e da força, por isso devemos trabalhar para afirmar a colaboração como horizonte e não a competência.

Trabalhar na educação para a paz é uma tarefa permanente da Vida Religiosa, de afirmar seus valores e sua relação com a afirmação da vida sob qualquer circunstância.

A modo de conclusão

Estabelecer um novo agir a partir dos diferentes aspectos sociais que incidem na sociedade de hoje é primeiramente reconhecer a complexidade dos mesmos e os novos caminhos que se abrem para nós, como religiosos e religiosas, nestas situações. Certamente falta percorrer uma longa estrada neste sentido, porém generosidade e presença não nos faltam, por isso devemos vislumbrar o futuro com a esperança que vem da fé, dos pobres e do seguimento de Jesus.

Confiemos, como Maria, que estes novos caminhos não são somente necessários, mas possíveis e peçamos a ela que nos dê a sua graça e confiança para seguir em frente.

Endereço do autor:
Bogotá, D.C. Calle 64 Nº 10-45 Piso 5
E-mail: clar@clar.org

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1 – Que elementos da atual situação da sociedade contemporânea lhe parecem mais presentes no seu contexto e qual a sua influência sobre a Vida Religiosa?

2 – Que "leitura" você e sua comunidade fazem da atual situação da Vida Religiosa no Continente Latino-americano?

3 – Em perspectiva de futuro, que se pode esperar de Aparecida para e um compromisso cristão mais profético e uma evangelização mais inculturada na realidade do Continente?

Povos indígenas na Amazônia Brasileira [1]

PAULO SUESS

"É livre quem pode pensar, expressar, viver conforme seus princípios, dizer sim ou não, para viver com dignidade. Já fomos muito explorados, humilhados e massacrados. Resistimos a todas as formas de invasão, colonização forçada, degradação cultural e extinção decretada."

31ª Assembléia Geral dos tuxauas de Roraima, 23 de junho de 2004.

1. Primeira aproximação

A Amazônia é conhecida por chavões como "pulmão do mundo" e "inferno verde", e por mitos como "Eldorado" e "Éden" (paraíso perdido).[2] Pescadores contam estórias sobre a cobra grande na "maior reserva mundial de água doce". O viajante fantasista cede lugar ao viajante cientista e este, por sua vez, ao viajante inventarista. "No Brasil do século XIX, o negro sustenta as elucubrações humanitárias dos indianistas, enquanto ao Norte, na Amazônia, o escravo é de outra raça: o nordestino, que vende por x a borracha produzida em condições sub-humanas e compra por 2x, no barracão do 'coronel', os produtos de que necessita para continuar subvivendo".[3] Hoje, os olhares e radares, cobiça e preocupação de organizações mundiais, militares e empresas mineradoras e madeireiras, cientistas e ambientalistas se voltam para a Amazônia que se transforma do inferno verde ao deserto vermelho.[4]

O avanço do agronegócio capitalista sobre a Amazônia é como um trator que derruba casas e árvores, jardins e roças de ribeirinhos e povos indígenas. Motosserras e plantação de soja, exploração de minérios e os quartéis dos militares fazem parte de programas oficiais, uns, como dizem, para o desenvolvimento, outros para a proteção. Ambos causam devastação. O discurso da "exploração sustentável" é semelhante ao discurso da "tortura suportável". O inventor da dinamite, Alfred Nobel (1833-1896), com os lucros obtidos pela indústria bélica do século 19, destinou em seu testamento parte de sua fortuna para os hoje cobiçados Prêmios Nobel. O elo entre a dinamite e o Prêmio Nobel da Paz lembra, embora em dimensões tupiniquins,

[1] Este texto que representa uma síntese de muitos colaboradores do Cimi, foi originalmente apresentado no Simpósio Regional sobre Amazônia: "Da Amazônia que temos à Amazônia que queremos", realizado em Belém, de 6 a 8 de maio de 2005. A Revista *Encontros Teológicos* do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC, que publicou este artigo em seu primeiro número de 2007, concordou com essa publicação posterior pela *Convergência*.

[2] Cf. Sergio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil, 4. ed. São Paulo: Nacional, 1998.

[3] Cf. Marcos F. Krüger Aleixo, A Amazônia na visão dos viajantes, in: Congresso Brasileiro de Tropocologia, 1, 1986, Recife. *Anais*, Recife: Fundaj, Massangana, 1987, p. 159-163.

[4] Cf. Egon. D. Heck; Gunter. F. Loebens, *Amazônia indígena: conquistas e desafios*, in: *CEAS*, 30.8.2003. Cf. também o *site* do Cimi (www.cimo.org.br) e do ISA (www.socioambiental.org).

a tentativa da Cargill, a maior exportadora de soja em grãos do País, de investir numa ONG, com o nome bem brasileiro de *The Nature Conservancy* (TNC), que emite certificados de uma soja socioambiental e politicamente correta. Portanto, a Cargill incendiária, símbolo da vitória do capital multinacional e da derrota da região, a maior devastadora da Amazônia, com um porto em Santarém de onde leva a produção para longe dos seus produtores, essa Cargill de mãos dadas com a ONG subvencionada com R$ 1,2 milhão do governo britânico, veste o uniforme de bombeiro.[5]

Hoje, 17% da Amazônia está desmatada. Da área agricultável, 55% tem soja plantada e 35% arroz. Restam 10% para os habitantes da região. No cenário do desmatamento da Amazônia, outro incendiário disfarçado de bombeiro chama-se Imaflora, uma empresa certificadora do setor madeireiro. Não precisamos do Greenpeace para saber que todo o discurso da sustentabilidade socioambiental é um discurso conivente com o projeto do capitalismo selvagem. A indústria do grão, que exige o cultivo extensivo, é concentrador de território e provoca o problema social ao substituir mão-de-obra local por máquinas importadas e o mercado da região pelo mercado externo. "Além disso, a soja provoca uma perda rápida de nutrientes do solo, o que pede uma compensação com insumos agrícolas",[6] diz Paulo Adário, o coordenador da campanha Amazônia do *Greenpeace*. A BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) está se tornando um corredor da morte, porque do agronegócio da soja, da madeira e do gado poucos participam. O desmatamento na Amazônia para o período 2003-2004 abrange uma área de aproximadamente 26 mil quilômetros quadrados, o que representa um crescimento de 6,23%.[7] Nem as áreas reservadas para povos indígenas escapam desse desmatamento. Embora grileiros e madeireiros sejam proibidos de entrar nelas, tais áreas sempre serviram de barreira ao avanço da fronteira agrícola.

O Brasil é atualmente o maior exportador mundial de carne e de soja. Mas também a exportação da madeira está crescendo. Passou de 14% (do mercado mundial) em 2000 para 36% em 2004, segundo dados do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia/Imazon.[8] Grilagem de terra, especulação fundiária, venda ilegal de madeira, incompetência, concorrência e divergência ministerial (Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, Fazenda, Justiça) e falta de recursos para a supervisão adequada das áreas e a aplicação das leis, pelo Ibama, por exemplo, são apenas coadjuvantes do ator principal, que é o modelo econômico concentrador e exportador. A ameaça física dos povos indígenas na Amazônia é uma constante histórica. Nos últimos 500 anos, 1477 povos indígenas da Amazônia foram extintos.

[5] Cf. Cristina Amorim, Soja amazônica poderá ser certificada, in: *O Estado de São Paulo*, (25.4.2005), p. A16.

[6] Ibidem.

[7] Cf. Luciana Constantino, Desmatamento é o 2.º mais alto da história, *Folha de São Paulo*, Folha Ciência (19.5.2005), p. A19.

[8] Cerca de 40% da madeira amazônica exportada vai para a União Européia, da qual a França, com 11% do total, é líder; 31% vai para os Estados Unidos, seguido por China com 14%. Cf. Marcelo Leite, l.c.

***Povos indígenas extintos nos últimos 500 anos*[9]**

REGIÃO	POVOS EXTINTOS
Nordeste	**344**
Bahia	139
Piauí	49
Maranhão	43
Ceará	42
Pernambuco	30
Alagoas e Sergipe	18
Rio Grande do Norte	13
Paraíba	10
Sudeste	**143**
Minas Gerais	91
Rio de Janeiro	24
São Paulo	14
Espírito Santo	14
Sul	**33**
Paraná	16
Rio Grande do Sul	12
Santa Catarina	05
Centro-Oeste	**137**
Mato Grosso	84
Mato Grosso do Sul	32
Goiás e Tocantins	21
Norte	**820**
Amazonas	370
Pará	223
Rondônia	100
Roraima	57
Amapá	38
Acre	32
TOTAL	**1.477**

Os relatos dos primeiros cronistas, como Frei Gaspar de Carvajal[10], das viagens de portugueses e espanhóis, ao longo dos Rios Solimões e Amazonas, nos séculos 16 e 17, destacam a abundância de alimentos que encontraram em todas as povoações.[11] As projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena, por ocasião da conquista, entre 3 e 5 milhões de pessoas, na Amazônia brasileira. Ainda que não seja possível precisar, sabemos que existia um número muito grande de povos indígenas nessa época. Entre 1250 e 1400 havia, segundo um artigo de Michael Heckenberger publicado na revista *Science*, na região do Xingu grandes aldeias com até 500 mil metros quadrados e 5 mil pessoas.[12] A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, se valendo da guerra, da escravidão, da

[9] Fonte: Conselho Indigenista Missionário – Cimi. ***Outros 500: Construindo uma Nova História.* São Paulo: Salesiana, 2001.**

[10] Frei Gaspar de Carvajal, "Relação do novo descobrimento do famoso Rio Grande", in: IDEM et alii, *Descobrimentos do rio das Amazonas*. São Paulo: Nacional, 1941.

[11] Cf. Antônio Porro, *As crônicas do rio Amazonas*. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia, Petrópolis: Vozes, 1993.

[12] Cf. Wahsington Novaes, Índio plantando soja?, in: ***O Estado de São Paulo*, (26.9.2003), p. A2.**

ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das grandes catástrofes demográficas da história da humanidade e um etnocídio sem precedentes.

Os massacres contra os povos indígenas voltariam a se repetir, já recentemente, a partir das décadas de 1960 e 1970, com os discursos de desenvolvimento e integração da Amazônia. A política desenvolvimentista começou a rasgar a floresta com a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte. Povos como os waimiri-atroari, yanomami, arara, parakanã, cinta-larga, nambikwara entre muitos outros foram duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público.

Mas a década de 1970 marca também um novo capítulo na luta e resistência indígenas. Os povos indígenas apoiados, sobretudo pela Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário/Cimi, começaram a se encontrar e discutir seus problemas em grandes assembléias indígenas. Ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto de extermínio da ditadura militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998, e constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente conquistas injustas e legais ao mesmo tempo. As medidas governamentais para legitimar o discurso do "desenvolvimento sustentável", como por exemplo, o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, conhecido como Demate, são apenas disfarces no interior de uma política da "tortura suportável". Neste contexto não há lugar para os povos indígenas. A continuidade do seu projeto histórico leva a rupturas com o sistema que gira em torno do eixo "custo-benefício". A causa dos povos indígenas é uma causa de resistência e de militância no interior do projeto mais amplo de um mundo para todos.

Os povos indígenas apoiados, sobretudo pela Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário/Cimi, começaram a se encontrar e discutir seus problemas em grandes assembléias indígenas.

2. Contextualização: a Amazônia indígena

Nessa contextualização procuramos ver e ouvir; ver a complexa situação da Amazônia indígena e ouvir algumas das suas vozes.

2.1. População

Na Amazônia, que é um mundo no plural apesar de uma aparente monotonia da paisagem, pode-se aprender a respeitar a alteridade das pessoas, da geografia e do tempo. Dos 235 povos indígenas que habitam o solo brasileiro e que falam 180 línguas diferentes, aproximadamente 180 povos indígenas vivem na Amazônia Legal, ou 77% do total. A tendência demográfica que apontava para o extermínio total dos índios começou a ser revertida a partir da década de 70. Segundo os dados oficiais da época, a população indígena não ultrapassava 100 mil pessoas.

Desde então, a luta dos povos indígenas foi conquistando espaços territoriais e condições psicológicas, que permitiram o crescimento demográfico. Povos que mantinham a sua identidade oculta se sentiram encorajados a assumi-la publicamente. As estatísticas começaram a registrar uma numerosa população indígena nos centros urbanos. Esses fatores contribuíram para que a população indígena registrada pelo levantamento do IBGE em 2000 somasse 734.131 pessoas, das quais 350.834 localizadas nos territórios e 383.297 nas cidades. Considerando a população localizada nas terras indígenas, vivem na Amazônia, segundo os dados do IBGE, 208.522 índios, ou 59,40% da população indígena brasileira.

É significativo constatar que na região Amazônica, de acordo com os dados do IBGE, vivam 60% dos índios residentes nas suas terras e apenas 16% nos centros urbanos. Considerando que, em extensão, mais de 98% das terras indígenas estão localizadas na Amazônia, podemos afirmar que existe uma relação direta entre a quantidade de terra e o nível de preservação dos recursos naturais nela existente.

O fenômeno dos "índios resistentes", que reassumem a sua identidade étnica, ficou, inicialmente, mais ligado ao Nordeste. Hoje, "índios resistentes" encontram-se também na Amazônia, como por exemplo no Baixo Tapajós, onde cinco povos lutam pela sua terra e pelo seu reconhecimento étnico.

É significativo constatar que na região Amazônica, de acordo com os dados do IBGE, vivam 60% dos índios residentes nas suas terras e apenas 16% nos centros urbanos.

Existem ainda povos ou comunidades indígenas isolados, praticamente sem contato com a sociedade brasileira. Na maioria das vezes são desconhecidos a identidade étnica, a língua falada e o número de pessoas desses grupos. Sabe-se, no entanto, que todas essas comunidades isoladas vivem na Amazônia Legal: Rondônia (12), Amazonas (11), Mato Grosso (9), Pará (8), Maranhão (3), Acre (1), Amapá (1) e Goiás (1).

2.2. Ouvir a voz dos sujeitos da Amazônia

Amazônia faz parte de um mundo globalizado. Sem um outro projeto de desenvolvimento nacional e global, não há "soluções" para Amazônia. A luta pela Amazônia é travada em nível local, nacional e global. A resistência dos povos da Amazônia contra o projeto em curso, é um bom começo para criar uma nova consciência nacional e mundial e, através dela, uma nova realidade. Qualquer projeto sobre o que envolve a Amazônia precisa ouvir, informar e consultar as populações da Amazônia.

No documento final do IV Fórum Social Pan-Amazônico, que se reuniu em Manaus (18 a 22 de janeiro de 2005), antes do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, para discutir sobre "Diversidade, Soberania e Paz", povos, organizações, lideranças indígenas, instituições e movimentos aliados da causa indígena constataram:

A impressionante sociodiversidade existente na Amazônia é marcada pelas experiências históricas de povos milenares, que resistem às investidas do neoliberalismo, contribuindo dessa forma significativamente para a proteção das diferentes formas de vida nela existentes. A contribuição dos povos indígenas está sendo gravemente ameaçada pelas ações predatórias decorrentes do modelo de desenvolvimento implementado pelos governos dos países amazônicos, submissos aos interesses de empresas transnacionais (petrolíferas, mineradoras, madeireiras, empreiteiras) e de setores oligárquicos interessados na exploração dos recursos naturais existentes nas terras indígenas.

Os grandes projetos ameaçam a continuidade física e cultural dos povos indígenas, ao destruírem o seu *habitat*, a sua cultura e os recursos naturais necessários para sua existência.(...)

As fronteiras dos Estados nacionais significaram a violenta divisão de muitos povos e culturas milenares da Amazônia, impedindo até hoje o seu livre trânsito nos seus territórios tradicionais.

A falta de regularização e proteção das terras indígenas constitui um incentivo aos invasores, gera conflitos e revela a falta de compromisso dos diferentes governos com a existência futura desses povos enquanto sujeitos históricos detentores de direitos e portadores de identidades e culturas distintas.

Esse documento é de grande importância por causa dos seus autores, que configuram uma aliança inter-étnica e pan-amazônica e por causa de sua postura política, que insere os conflitos amazônicos na macroestrutura capitalista em sua fase tardia do neoliberalismo. As grandes serrarias, que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, agora seguem em direção à Amazônia, disfarçadas de investidores que levam o progresso.

No 2.º Encontro Continental, organizado pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), Confederação de Povos da Nacionalidade Kichwa do Equador (ECUARUNARI), e a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), numa Declaração de Quito, de 27 de julho de 2004, os 64 povos e nacionalidades indígenas elencaram uma série de conflitos provocados em seus territórios:

> Os governos nacionais, seguindo as diretrizes do FMI, BM e BID, nos devastam com o pagamento da dívida externa e estão revertendo nosso direito coletivo à terra, modificando legislações para permitir sua privatização, a associação com empresas e a apropriação individual. Denunciamos que os governos nacionais da América estão empregando cada vez mais a repressão violenta caracterizada pela violação de nossos direitos humanos e direitos como povos; a criminalização de nossos atos em defesa da vida e cerimônias espirituais; a paramilitarização; a expulsão de nossas terras, a ocupação militar; a cooptação e corrupção de autoridades locais e

dirigentes; a promoção de projetos que tratam de 'compensar' os prejuízos causados por empresas transnacionais; o suposto repartir eqüitativo de benefícios; a migração forçada; e promovem a divisão, confronto e o enfrentamento armado entre comunidades para impor sua política de exclusão, racista e opressiva.

Nos opomos taxativamente ao estabelecimento de planos como o de Integração de Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Plano Puebla Panamá (PPP), o Plano Patriota, o Plano Colômbia, o Plano Dignidade, o Plano Andino, a criação de bases militares, bem como o estabelecimento da ALCA e dos TLCs (Tratados de Livre Comércio), que são impulsionados no marco da OMC e para o benefício dos países saqueadores do planeta, já que o que pretendem é a criação da infra-estrutura para a circulação de suas mercadorias, a usurpação dos recursos naturais de nossas terras e territórios e a proteção das empresas transnacionais. Caracterizamos como planos de invasão para o saque, a destruição e a morte.

As terras indígenas na Amazônia Legal, como no restante do País, são extremamente vulneráveis, invadidas constantemente por madeireiros, garimpeiros, peixeiros, fazendeiros, posseiros, biopiratas e outros aventureiros em busca do lucro fácil. No sul do Pará, na terra indígena kayapó, por exemplo, tem origem um grande contrabando de mogno. Em Rondônia, terras indígenas continuam sendo arrasadas pela exploração ilegal de madeira e pelo garimpo. A terra indígena yanomami até hoje não está livre da invasão de garimpeiros. Garimpo em território indígena significa rios poluídos, desequilíbrio econômico e familiar, prostituição e bebidas alcoólicas.

Os planos de desenvolvimento jamais consideraram a preservação dos recursos naturais e as tradições culturais dos povos da região.

Os participantes do Simpósio "Da Amazônia que temos à Amazônia que queremos" advertiram, num manifesto do dia 8 de maio de 2005, para a continuidade da colonização da Amazônia:

> A Amazônia que temos é fruto do modelo de desenvolvimento alheio aos interesses do povo da região. Sua inserção à economia sempre ocorreu em condições de subordinação e exploração. Os planos de desenvolvimento jamais consideraram a preservação dos recursos naturais e as tradições culturais dos povos da região. O processo de ocupação e exploração dilacerou a natureza e o homem amazônidas.
> (...)
> A Amazônia que temos não abandonou as práticas da histórica formação do espaço brasileiro. Somente nos Estados do Pará e Amazonas 58 milhões de hectares de terra são oriundas da grilagem. O desmata-

mento atinge patamares nunca monitorados pelos satélites, colocando municípios paraenses na liderança como é o caso de São Félix do Xingu, líder em desmatamento no Brasil, de trabalho escravo, de violência e de conflitos no campo. (...)

A Amazônia que temos tornou-se tristemente famosa pela violência, impunidade e os conflitos no campo e na cidade. (...)

A Amazônia que temos é manchada com o sangue de seus mártires. O assassinato da Irmã Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005, chocou o Brasil e o mundo. (...)

A Amazônia que queremos deve preservar a história da resistência negra, cabocla e indígena, que coloca a pessoa humana e o mundo criado por Deus como centro e sujeito do desenvolvimento. (...)

Existe também um outro tipo de invasão oficial, promovido por projetos governamentais e privados, como a construção de hidrelétricas, hidrovias, linhas de transmissão de energia, projetos militares, criação de municípios, ecoturismo e criação de unidades de conservação, para os quais os limites das terras indígenas não têm o menor significado. As importantes conquistas territoriais obtidas pelos índios nesses últimos trinta anos, como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas yanomami, Alto Rio Negro e Vale do Javari, correm o risco, pela ilegalidade de novas invasões, de se transformar num grande engodo.

3. O caso da terra indígena Raposa Serra do Sol

Tudo que foi dito nestas primeiras aproximações e contextualizações pode ser demonstrado no caso concreto em torno da demarcação do território indígena "Raposa Serra do Sol", no dia 15 de abril de 2005 melancolicamente homologado, depois de trinta anos de resistência. Nesse período, os povos indígenas de Roraima sofreram 23 assassinatos das suas lideranças, a destruição de aldeias inteiras, discriminação e omissão do Estado.[13]

3.1. O direito à alteridade e ao território

Os povos indígenas conquistaram com a Constituição Federal de 1988 (título VIII, "Da Ordem Social, capítulo VIII, "Dos Índios") direitos básicos sobre seus territórios. Esses direitos sobre as terras indígenas, habitadas tradicionalmente e em caráter permanente pelos índios, são reconhecidos como "originários", portanto, anterior à criação do próprio Estado. Além disso, a Constituição aboliu a perspectiva assimilacionista das Constituições anteriores que considerou a diferença cultural dos povos indígenas como algo transitório. A Constituição reconhece o direito à diferença e à posse permanente e usufruto exclusivo (art. 231): "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

[13] Cf. CIR/Cimi, Raposa Serra do Sol, enfim homologada, in: *Porantim* XXVI/275 (Maio 2005), Encarte Especial.

3.2. As invasões

No decorrer desses trinta anos de luta pela demarcação do território dos povos Makuxi, Ingarikó, Taurepang, Wapichana e Pantamona, somando mais de 15 mil indígenas que vivem em 148 aldeias, foram usados os mais variados artifícios para obstruir essa demarcação. "As leis que deveriam assegurar nossos direitos", declararam os tuxauas em sua 31.ª Assembléia de 2002, "são sistematicamente violadas, prova disso é a criação de municípios e imposições de projetos oriundos do Programa Calha Norte e a Interiorização da Rede Elétrica de Guri".

Vilas e municípios. "Com a criação ilegal dos municípios de Uiramutã e Pacaraima, no ano de 1995, nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, respectivamente, crescem a cada dia a disseminação de bebida alcoólica, a prostituição, a propagação de drogas, os abusos de autoridades, as agressões físicas e a tortura, o loteamento das terras, e a ampliação de invasões nas regiões Morro do Quiabo e Alto Miang".[14] No município de Pacaraima, ocorrem crimes ambientais como a instalação de lixeira e matadouros clandestinos, que despejam resíduos nas cabeceiras do Rio Miang e Igarapé Samã, e ainda há as lavouras de arroz "Depósito" e "Canadá", que despejam agrotóxicos em igarapés e rios.

As vilas de Uiramutã e Pacaraima são antigas bases de apoio ao garimpo, já na época ilegais por se situarem em terras indígenas imemoriais.

Bases militares. Nessas vilas, implantaram-se destacamentos da Polícia Militar, nos quais ocorrem, segundo a nota dos tuxauas, perseguições às lideranças, abusos de autoridade, prisões ilegais, espancamentos e torturas. A Polícia Militar dá cobertura à permanência de não-índios, que destroem moradias e retiros.

Com a reativação do Programa Calha Norte, começou a ser construído um quartel na maloca Uiramutã, na terra indígena Raposa Serra do Sol. A base militar, construída com o pretexto da soberania nacional, está, por seu efeito de desestruturação social, sendo contestada pelas comunidades indígenas. Ao redor das bases militares crescem aglomerações urbanas e invasões, como constatado em Pacaraima após a implantação do 3.º PEF na terra indígena São Marcos. As manobras e os treinamentos militares representam um terror psicológico, agredindo a organização sociocultural, crenças, línguas, costumes e tradições indígenas. Os tuxauas denunciam que "as mulheres indígenas são vistas pelos militares como objetos sexuais". E o diretor do Departamento de Pessoal do Exército, general Alcedir Pereira Lopes, citado pelos tuxauas através da *Revista Brasil Rotário*, confirma a denúncia dos índios, declarando: "Quando falam que em Surucucus os soldados estão tendo relacionamento sexual com as índias, isso não quer dizer nada, porque todo mundo pode ter relação sexual com qualquer pessoa. E não tem outro tipo de mulher lá. Isso acontece realmente (..)".[15]

[14] Cf. a seguir a Nota da 31ª Assembléia Geral dos Tuxauas 2002, de 23 de junho de 2004, disponível no *site* do Cimi (www.cimi.org.br).

[15] Cf. *Revista Brasil Rotário* (Set. 2001).

Outras invasões. No território yanomami demarcado continuam as invasões através da abertura de estradas: garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, pescadores, militares. Todos colaboram para a destruição das florestas, causando um desequilíbrio ambiental. E por intermédio desses invasores aumentam as doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis e aids. Continuam as invasões de fazendeiros, mesmo nas terras que já estão com os procedimentos demarcatórios concluídos, inclusive com indenização de suas benfeitorias já efetivadas. Estão ocorrendo, segundo os tuxauas, vendas das ocupações de invasores a outros invasores. As Unidades de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima e o Parque Nacional Serra da Mocidade se sobrepõem às terras indígenas Raposa Serra do Sol e yanomami, desrespeitando o dispositivo constitucional da posse permanente e do usufruto exclusivo dos recursos naturais.

"As leis que deveriam assegurar nossos direitos, são sistematicamente violadas, prova disso é a criação de municípios e imposições de projetos oriundos do Programa Calha Norte e a Interiorização da Rede Elétrica de Guri".

Arrozais. Os tuxauas da 31.ª Assembléia denunciaram os rizicultores por invadirem a terra indígena Raposa Serra do Sol com lavouras de arroz, destruindo a natureza com desmatamento, uso intenso de agrotóxicos, que poluem as águas dos rios Surumu, Cotingo e Tacutu, matando os pássaros, os peixes e os animais silvestres. Em conseqüência disso, as lagoas naturais estão secando e as pessoas ao seu redor estão ficando doentes e empobrecidas. A prefeitura de São João da Baliza construiu as vicinais que avançam sobre a Terra Indígena Wai Wai e têm provocado desmatamentos, invasão de colonos e garimpeiros.

Asfaltamento da BR-174. "O asfalto da BR-174 no trecho Boa Vista/Pacaraima, realizado sem consulta das comunidades, tem causado grandes prejuízos, mortes (...). Não há nenhum estudo dos impactos ambientais e socioculturais, e os danos são inúmeros. Com esses precedentes, estamos preocupados com o asfaltamento da BR-401, que atravessa 37 quilômetros na Terra Indígena Raposa Serra do Sol."

Energia. "Acordo firmado entre as lideranças indígenas da terra São Marcos e a Eletronorte para a passagem do Linhão de Guri no interior da terra não foi respeitado, pois previa a retirada de todos os posseiros antes da interligação (...). As lideranças denunciam que a Companhia Energética de Roraima (CER) iniciou o processo de implantação sem que as comunidades indígenas se manifestassem (...). O projeto de barragem do Jatapu trouxe operários que "carregaram nossas mulheres, ainda meninas", para as cidades, destruindo a vida familiar.

Política vacilante. A política do governo Lula, disposta a negociar os direitos dos povos indígenas em função de apoio de partidos políticos, tem contribuído para aumentar a audácia dos invasores que se traduziu em demandas judiciais que impediram por muito tempo a

homologação. É significativa a resistência do governador Ottomar Pinto, que decretou luto oficial de sete dias no Estado de Roraima por causa da homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

A Portaria n.º 534, de 13 de abril de 2005, que permitiu a assinatura do decreto presidencial de homologação da demarcação em área contínua de terra indígena Raposa Serra do Sol, fez com que fosse mantido o núcleo urbano do município Uiramutã, criado quatro anos depois da conclusão da identificação da terra indígena, pela Funai. Manteve também as estradas e o Parque Nacional do Monte Roraima, que traz à terra Raposa Serra do Sol a questão da superposição de unidades de conservação em terras indígenas.

Ainda na véspera da festa da homologação, na madrugada de 17 de setembro 2005, fazendeiros reagiram queimando o Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol. Um grupo de 150 homens armados invadiu o local destruindo uma igreja, um hospital e uma escola localizados no lugar da antiga Missão Surumu. Nesse lugar, desde 1975, foram realizadas as primeiras Assembléias Indígenas da região.[16]

4. Apontamentos pastorais: sonhar é preciso.

Em 1968, na época da revoltas estudantis e de Medellín, ninguém falava e acreditava no protagonismo dos povos indígenas. Para a cobiça mundial, Amazônia começava a ser um objeto de desejo. Nesses quase 40 anos, o Brasil compreendeu, a Amazônia não pode ser defendida nem vendida sem os povos indígenas.

4.1. O protagonismo indígena

O futuro da causa indígena passa pelo protagonismo dos próprios povos indígenas. Eles são as vítimas de uma colonização que até hoje continua. Em seus discursos axiais da Sinagoga de Nazaré (Lc 4), das Bem-aventuranças (Mt 5) e do Último Juízo (Mt 25), Jesus de Nazaré é muito claro. Os protagonistas e o núcleo central de seu projeto, que é o Reino, são **as vítimas**. Um dos imperativos missionários de hoje é a tradução da opção pelos povos indígenas para uma opção e articulação com os povos indígenas. Desde o início da década de 70 começaram, timidamente, a surgir novas formas de organização indígena. Esse processo de conscientização e enfrentamento organizado teve um grande impulso com a realização da 1ª Assembléia dos chefes indígenas, que aconteceu em Diamantino, no Mato Grosso, em abril de 1974. Rapidamente foram acontecendo assembléias regionais e nacionais, inicialmente com maior intensidade na região amazônica.

Na década de 80, multiplicaram-se as organizações por povos, regiões, atividades, gênero, organizações de mulheres, por funções sociais. Esse processo teve um ponto alto nas conquistas na Constituição de 1988.

É importante destacar o processo de organização regional, que tem na Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – um dos seus espaços de aglutinação e articulação. Hoje a Coiab congrega mais de 100 organizações indígenas, de 165 povos, organizada

[16] Cf. *Porantim* XXVI/279 (Outubro 2005), p. 8s.

em 31 regiões. Apesar de ter passado por momentos de crise, hoje ela está num processo político muito ativo, com a realização constante de avaliação interna, autocrítica e ampliação de sua rede de aliados na Amazônia, no Brasil e em diversas regiões do Planeta Terra.

4.2. O horizonte profético no meio de conflitos

A Igreja vive a sua missão no meio de conflitos históricos. Por conseguinte, essa missão é sempre uma missão profética ancorada num horizonte escatológico. Cultivamos o trigo, não o joio (cf. Mt 13,24-30). Sabemos, porém, que o joio faz parte da realidade histórica. O mundo dos "puros" seria um mundo do terror e da intolerância. A ambivalência da realidade histórica, das pessoas e do mundo e as estruturas de pecado que atravessam o mundo, não anulam a graça. Sabemos que carregamos a graça de Deus em vasos de barro.

Acreditamos na dimensão escatológica do Reino, mas não adiamos nossos sonhos para o além. Não abrimos mão do fim almejado no aqui, agora e hoje. O fim pode estar presente nos passos do cotidiano. A ternura do amor que é pra já, e o olhar místico nos fazem ver ao redor de nós e, ao mesmo tempo, ver longe. Ação articulada com luta e contemplação pode transformar a mera agitação e o trabalho cotidiano "sem graça" em ação salvífica.

Ao colaborar na construção do projeto de Deus, a pastoral indigenista denuncia o antiprojeto. O **antiprojeto** é o reino do pão não partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação. No início da vida pública de Jesus, este antiprojeto está presente nas tentações (Lc 4,1). Reconhecemos, hoje, o antiprojeto no mundo formatado pelo sistema neoliberal, com a sua lógica de custo-benefício, de concentração de renda e de exclusão. O projeto popular e os projetos dos povos indígenas estão cercados por quatro latifúndios que emergiram do acesso privilegiado à terra, ao capital financeiro, aos meios de comunicação e ao saber.

O movimento organizado dos povos indígenas tem na luta pela terra seu grande eixo mobilizador e unificador. Foi em torno dele que se construiu um significativo processo de solidariedade interétnica.

O movimento organizado dos povos indígenas tem na luta pela terra seu grande eixo mobilizador e unificador. Foi em torno dele que se construiu um significativo processo de solidariedade interétnica. Porém, após a terra demarcada, persiste o grande desafio da auto-sustentação e autonomia. O grande desafio colocado para mais de uma centena de povos indígenas da Amazônia é como garantir o controle e a fiscalização sobre seus territórios e recursos naturais, e, ao mesmo tempo, viver com dignidade e qualidade de vida a partir das riquezas naturais e culturais de suas terras e seus povos, na resistência permanente contra os aliciamentos do agro-negócio e da sociedade de consumo.

O que está acontecendo na macroestrutura se repete na microestrutura dos territórios indígenas.

A discussão desses aspectos tem criado divergências e posicionamentos conflitantes dentro do movimento indígena e no interior da própria Igreja. A causa indígena permanece uma causa que não cabe nos sistemas de acumulação. Acumulação significa: tudo o que se produz é para poucos, distribuído numa rede de privilégios, prestígio e poder. O regime de acumulação subordina todos os projetos populares e os projetos indígenas a essa lógica.

4.3. A missão de construir um mundo para todos

A partir dos conflitos que envolvem os pobres e os outros, os excluídos e os que sofrem, compreende-se a missão como militância por um mundo melhor e por transformações históricas e pessoais concretas. A ação missionária da Igreja é **integral** (abrange a pessoa em sua totalidade: corpo, alma, espírito, intelecto, razão, emoção), **específica** (junto a um determinado grupo social: campo, cidade, afro-americanos, indígenas, pescadores, sem-teto, excluídos, África ou Ásia) e **universal** (articulação dos diferentes segmentos sociais na causa comum do Reino). A missão vai dos contextos concretos das comunidades locais até os confins do mundo. O grande desafio da missão é a articulação e mediação entre contextualidade e universalidade.

Melhorias do sistema capitalista não vão criar espaços para os povos indígenas e seu projeto alternativo. Hoje, o Banco Mundial procura cooptar as ONGs e as Igrejas com um discurso de "luta contra a pobreza", mas, é claro, sempre no interior do capitalismo. Por isso, propõe – com medidas compensatórias – melhorias, correções, cestas básicas do capitalismo – e um controle moderado pelo Estado. Para a supressão do direito, para o roubo da terra, para a desterritorialização, para o roubo do futuro e da palavra não existem medidas compensatórias. Poder-se-ia resumir essa estratégia das "medidas compensatórias": "mudar para continuar". Assistimos a um enquadramento sistêmico dos "rebeldes" e da rebeldia social pelos aparelhos privados de hegemonia que atuam, por exemplo, através das grandes ONGs na América Latina. Não vamos poder defender a Amazônia indígena mudando apenas o visual do capitalismo. Um outro mundo é possível e já existe no meio dos povos indígenas:

- pela visão da terra que têm, não olhando para o lucro, mas para a festa;
- pela visão da vida, que não permite a acumulação;
- pela visão do outro, que não é cliente, mas amigo;
- pela visão da natureza, que é irmã.

A terra representa o núcleo de um outro modelo de vida. O movimento indígena e tudo o que acontece na aldeia têm uma *plus-valia* pedagógica. Se a "retomada do sistema educacional" pelos povos indígenas significa assumir a escola para construir uma sociedade que não produz menores abandonados nem drogados, a retomada das terras indígenas – além de ser uma vitória contra o latifúndio e a reparação de uma injustiça – é um projeto pedagógico que mostra como "produzir para viver" em vez de "viver para produzir".

Em plena euforia de desterritorialização do capital, vivemos uma reterritorialização emergente e real a partir das retomadas das terras indígenas. Algo semelhante acontece com o movimento dos sem-terra, que representa a memória histórica da reforma agrária negada. Num momento que relativiza a territorialidade pela virtualidade sem solidariedade, o movimento popular retoma territórios geográficos, ideológicos e imaginários e encrava seu logotipo "um mundo para todos" nas agendas políticas.

Os povos indígenas rompem, ciclicamente, o círculo de giz da normalidade do absurdo. As retomadas de terra são saídas das molduras com as quais os governantes colocaram os povos indígenas na parede para comemorar seu passado e negar seu futuro. O pulo das molduras do imaginário oficial à realidade histórica caracteriza a passagem da tutela à autodeterminação. Saídas *do* mundo-mercado globalizado ou, no caso de muitos povos indígenas, a não-entrada nesse mundo, visam uma espécie de *exterioridade* ao sistema hegemônico. Essa exterioridade aponta para transformações radicais que resgatam a dimensão universal inerente a cada causa particular. Aponta para a universalidade como participação de todos em contrapartida à globalização excludente.

Não vamos poder defender a Amazônia indígena mudando apenas o visual do capitalismo. Um outro mundo é possível e já existe no meio dos povos indígenas...

Hoje, como em 1968, estamos passando por um rito de iniciação. Nesse rito, a criança recebe um nome. O pajé dos guaranis recebe o nome da criança num sonho. Estamos aqui para dar o nome ao "outro mundo que é possível" e assim afirmar a sua existência. Sonhamos com muitos nomes, nesta noite do neoliberalismo. Alguns desses nomes significam metas, como "paz", "aliança", "solidariedade", "resistência", "articulação" e "esperança". Outros são nomes de algumas pessoas e mártires desta Amazônia legal e ilegal: Chico Mendes, Ezequiel, Dorothy, Gringo, Josimo. A lembrança e a afirmação dos nossos sonhos nos permitem continuar a marcha entre Porto Seguro e Porto Alegre. É um ensaio para a marcha maior contra o império, que é um gigante com pés de barro.

Paulo Suess é Teólogo e antropólogo.

Endereço do autor:
Caixa Postal 46 – 023
04046-970 São Paulo – SP

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1 – O tema da Campanha da Fraternidade de 2007 despertou interesse na sua comunidade? Porque?
2 – Na sua apreciação, quais são os desafios mais urgentes que a situação dos povos indígenas da Amazônia coloca para a Vida Religiosa?
3 – Que podem fazer a sua Província e/ou Comunidade para tentar responder a esses desafios?

Família e catequese: História de uma crise ou esperança de um novo caminhar?

JUSSARA LINHARES

Meu filho, lembra-te dia e noite daquele que te anuncia a palavra de Deus e o honrarás como ao Senhor, pois onde se proclama sua soberania aí está o Senhor presente.[1]

1. Introdução

Um grande jurista[2] disse que as palavras são para o pensador, o que, para o arquiteto são os materiais. Quem não conhecer a resistência dos materiais construirá ruínas; quem não conhecer o valor das palavras, não exporá idéias, proporá logogrifos. Isso cresce em importância quando pensamos que as "palavras arrastam as idéias"[3].

Pensando no título deste artigo, ou seja, em escrever sobre o papel da família na catequese e o papel da catequese na vida das famílias, ocorreu-me pesquisar na internet que palavras andam arrastando as idéias dos homens.

Tomei as palavras casamento, independência, liberdade, prazer, sucesso, religião, Deus, educação, sexo, amor, Jesus e família. Para a minha surpresa, descobri 90.000.000 de hits[4] em sites brasileiros tratando da idéia de família. Quem duvidar, confira![5]

É espantoso porque família é uma palavra que, ou bem carrega uma idéia de crise permanente, ou bem já se tem como uma instituição falida, ou seja, uma instituição aparentemente desimportante para o homem pós, hiper e ultra moderno[6], que sozinho se bastaria, enredado que está em si mesmo, razão que justifica suficientemente tanto a permanente crise quanto o permanente estado pré-falimentar.

---

[1] Didaqué 4.1 – Catecismo dos primeiros cristãos. Petrópolis: Vozes. 2003, pág. 22.

[2] SÁ PEREIRA. Virgílio. ***Direito de Família.* RJ: Freitas Bastos. 1959, p. 30.**

[3] IHERING, *apud* SÁ PEREIRA. Virgílio. *Direito de Família.* RJ: Freitas Bastos. 1959, p. 32.

[4] *Hits são os sites que aparecem a palavra chave pesquisada como tema.*

[5] Google, sendo que o número corresponde ao número de sites em que a palavra respectiva é tema. Acesso em 12.12.2006. Jesus (172.000.000), amor (114.000.000), família (90.000.000), sexo (56.200.000), educação (53.300.000), Deus (34.000.000), sucesso (23.100.000), independência (21.900.000), liberdade (14.100.000), casamento (10.100.000), religião (8.800.000) e prazer (8.300.000).

[6] Como os *hits* se restringem a sites brasileiros, o que estamos aqui fazendo é uma inferência desse homem dito pós-moderno, sem pretender torná-lo o brasileiro médio, mas tomando-o como um certo brasileiro, fruto do contexto de um certo Brasil pós-moderno, em meio a tantos brasis que constituem a soma que esses números expressam. Com isso, é evidente que somente pode-se levar

Qual o quê... Com um mínimo de curiosidade percebe-se que as palavras que rondam o nosso tempo podem arrastar idéias menos modernas do que se supunha e mais suavemente humanas do que a dura realidade conquistada pelo homem da globalização, do hedonismo, do subjetivismo exacerbado. Prova maior é que o campeão de hits é a "palavra" Jesus, que por Cristo, com Cristo, em Cristo, faz dois milênios, é a Palavra que nos arrasta a Deus Pai, na unidade do Espírito Santo.[7]

Em segundo lugar, desponta a palavra amor, pobre palavra, tão surrada, mas ainda assim carrega em si a dignidade que advém de uma idéia de Deus, do Deus que é o Pai de Jesus Cristo, de um Deus que é Ele o Amor.

A seguir está a palavra família, totalizando 90 milhões de hits. Esse número cresce em significado porque família arrasta o interesse do homem mais do que a idéia de casamento, independência, liberdade, prazer, sucesso e religião todas juntas, somadas!

Essa avalanche que chamamos internet sugere, pelo número de hits, que essas palavras apontam uma hierarquia das preocupações do brasileiro hoje. A internet, por ser anárquica no melhor sentido que a palavra tem a nos oferecer, não está a serviço de uma ou outra ideologia em especial, o que me fez dar a esses números um valor capaz de ajudar a pensar a idéia de família como de fundamental importância ao desafio da catequese brasileira no início deste novo milênio.

Na mesma linha de resultados, recentemente, um estudo que acompanhou 230 adolescentes de 34 favelas no Estado do Rio de Janeiro, chocou pela brutalidade de seus números. Dos 230 adolescentes, 45 (19,5%) entrevistados morreram[8] ao longo dos dois anos em que se desenvolveram os trabalhos. Apesar de apenas 4,3% haver declarado "ser feliz" como maior desejo da vida, 89,1% afirmam a "família" como o bem mais importante da vida[9].

2. A palavra família

A palavra família tem múltiplas significações. Em história natural, significa grupos de gêneros da flora ou da fauna ligados entre si por caracteres comuns. No direito romano designava ora pessoas, ora coisas. As pessoas livres ou escravas, morando sob um mesmo teto, constituíam a família do pater.

É curioso observar que nós recebemos a palavra família já definitivamente formada do latim, que por sua vez a recebeu do sânscrito. A raiz fam é a mesma raiz dhã da língua ariana, que significa pôr, estabelecer, exprimindo, portanto a idéia

em conta o resultado bruto desses números que em nenhum momento pretendem ser base de qualquer pesquisa, mas que produzem um certo retrato de um Brasil tão plural que no todo se apresenta com esse desenho.

[7] Conforme oramos na doxologia final nas celebrações eucarísticas.

[8] Cf. publicado no jornal O Globo, Caderno Rio, 2ª. Edição, em 24 de novembro de 2006, pág. 19. A causa das mortes: 19 (42,2%) executados pela polícia; 4 (8,8%) em confronto com policiais; 5 (11,1%) durante assaltos; 9 (19,9%) na guerra entre quadrilhas; Outros 18% por overdose, atropelamento durante fuga e acidente de carro.

[9] Amigos, 3,9 %; dinheiro, 3,9 %; poder, 1,3 %; prestígio 0,9 %; Outro 0,9 %.

de fixação, de estabilidade. Esta idéia é a que ligamos a certos bens que por isto mesmo chamamos imóveis[10], sobressaindo dentre eles, o solo, a terra e a casa.

No latim, a casa se diz domus, em grego domós, e ambas as palavras têm a raiz ariana dam, que significa unir, construir. Esta unidade de significação das raízes indica que devem ser uma só e mesma raiz, porque a inteligência dos povos primitivos não era tão rica que se desse ao luxo verbal de várias palavras para exprimir a mesma idéia.

No Digesto[11], Ulpiano nos ensina que era variada a acepção da palavra família. Era um tempo em que o verdadeiro sentido de família é a propriedade, designando o campo, a casa, o dinheiro, os escravos. A finalidade econômica aqui prepondera. Com o tempo, a palavra família se especializa para exclusivamente referir-se às pessoas, e entre estas, as que se unem por um laço de parentesco, e é quando vai surgir a palavra pecúnia, para compreender todos os bens constitutivos do patrimônio.

A idéia de família remonta ao aparecimento do homem sobre a terra, constituindo-se, num fato natural, numa imposição da natureza. A família antiga, cujo modelo encontramos no direito romano, se constituiu sob o princípio da autoridade, e tem o aspecto de uma organização política eminentemente aristocrática. A família moderna se constitui sobre a base do amor, e se assemelha antes a uma democracia dominada pela idéia da solidariedade humana, conforme veremos com mais detalhes.

A idéia de família remonta ao aparecimento do homem sobre a terra, constituindo-se, num fato natural, numa imposição da natureza.

2.1. A família em sentido jurídico

Em toda definição há um elemento generalizador, e na palavra família este elemento se encontra na idéia de parentesco por filiação, na linhagem. Por isso, quando se pensa família, logo se pensa casamento[12]. Mas família é constituída, por pessoas unidas por parentesco e, também, por afinidade ou adoção.

Família não é em si uma pessoa jurídica, como uma empresa, porque não é sequer portadora de interesses próprios. Quando a lei fala de 'bem de família' ou de 'interesses da família' está se referindo aos bens ou aos interesses de todos e de cada um dos seus membros. Nesse sentido, a família é um espaço particularmente propício à realização pessoal de certas pessoas, mas não uma entidade diferente delas.

É bom perceber que a palavra família abriga diferentes tipos de relações. Por

[10] O melhor seria que os denominássemos de estáveis.

[11] (50, 195, 1). Digesto é uma compilação de fragmentos de jurisconsultos clássicos. Ulpiano (Tiro, 150 – Roma, 228) foi um jurista romano.

[12] O casamento é o **ato solene** pelo qual **duas pessoas de sexo diferente** se unem **para sempre**, sob promessa de fidelidade no amor, **e da mais estreita comunhão de vida**. (definição grega, anterior ao cristianismo)

exemplo, o parentesco é uma relação de sangue, sendo parentes as pessoas que descendem umas das outras ou descendem de progenitor comum. Afinidade é o vínculo que liga um dos cônjuges aos parentes do outro cônjuge. A fonte da afinidade é, assim, também o casamento. Adoção é o vínculo que se estabelece legalmente entre duas pessoas. A adoção além de ser um instituto da maior nobreza, é também muito antigo e foi usado freqüentemente pelo direito romano.

O ramo do Direito que trata dos interesses relacionados à família é o Direito Civil, mas existe também um direito não civil da família: o direito constitucional, o direito tributário, o direito à segurança social, etc. É no direito constitucional que se estabelecem as normas fundamentais para a família, como a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, a liberdade de contrair casamento e constituir família, a proteção dos filhos etc. No direito tributário, as normas do famoso leão do imposto de renda[13] levam em conta a existência do casamento e da família para efeitos de tributação. Isso sem entrarmos no direito das sucessões[14].

2.2. As funções da família no Estado e na Igreja até a Idade Média

Voltando no tempo, no século VIII a organização da sociedade via a família através do modelo do mosteiro, que era o protótipo da sociedade cristãmente organizada. A noção religiosa de ordem, de vida regulada pelos cânones – pelas regras de bem viver –, segundo o modelo de são Bento, era estendida ao universo social de então.

Aos olhos dos bispos da época, a paz e a justiça não se reduziam ao controle da guerra, porque no seu afã de ordem, os bispos voltavam-se para o interior da Igreja e para as unidades da sociedade. Era um momento histórico em que os clérigos viviam freqüentes vezes em situação irregular no casamento, incorrendo em práticas como a bigamia e até incesto. Os bispos utilizavam-se, então, da sua autoridade para reprimir este estado de coisas e, antes de mais nada, faziam ver que o casamento de clérigos era instituto que pertencia à jurisdição eclesiástica. Aparecem assim dois problemas associados: os casamentos dos clérigos e os dos leigos. Ao chamar à sua jurisdição os primeiros, os bispos preparam caminho para exigir a competência exclusiva quanto ao segundo. A partir daqui, nos Concílios e nas decisões isoladas, reivindica-se a competência exclusiva da Igreja em matéria matrimonial.

A partir do século X se estabelecem na Europa novas relações entre os homens. As famílias nobres abandonam a corte e estabelecem-se nos campos. Nos séculos XI e XII opera-se uma virada estratégica da família. A Igreja sacraliza a família – a exemplo da Sagrada Família – e, uma vez

[13] Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza

[14] O direito sucessório é tão importante e tem tamanha influência na vida prática que, na França, quando se alterou um artigo na lei de sucessões que previa que toda a herança deveria ser transmitida ao primogênito, acabou, por via de conseqüência com o Sistema Feudal. Isto porque as propriedades passaram a ser divididas entre todos os herdeiros e, com isso, dissolveu-se o feudo, como tal.

que a insere no domínio do sagrado, disciplina-a estritamente com regras jurídicas de bem viver, submete-a à sua jurisdição e aos seus fins.

A construção moral e teológica dos séculos XI a XIII traduziu-se na invenção de um novo matrimônio e fundou uma nova família, célula básica da sociedade, instalada no domínio do profano e do religioso, estritamente regrada pela Igreja que regulava todas as constituições e todas as fases da sua vida. O controle jurídico sobre a família é contemporâneo do período áureo do direito canônico.

Durante o século XIII o leigo passa a ter a sua vida disciplinada por normas jurídico-canônicas, o matrimônio passa a ser a instituição através da qual a Igreja exerce a mais profunda influência social, o cristão passa a estar ligado também pelos vínculos do Direito a um corpo funcionalmente organizado, a Igreja. Por isso, a história política e a história constitucional da Idade Antiga e da Idade Média foi basicamente a história da família.

Será que o Direito da Família ainda tem sentido ou a sua única função agora é de natureza patrimonial?

2.3. As funções da família como problema normativo

Historicamente, é no quadro da família que ocorre a função de reprodução da espécie humana, a produção econômica, a transmissão de conhecimentos e técnicas e a conformação aos valores sociais, para cujo exercício nenhuma sociedade conseguiu ainda encontrar um substituto mais adequado.

Dando exemplo, podemos perceber que sem a função de reprodução, a vida não poderia existir. Sem a transmissão de conhecimentos, a cultura desapareceria; sem a produção econômica, a vida pereceria; sem a conformação aos valores sociais, a sociedade se desintegraria. É basicamente com essa motivação que a família se torna um problema para todo e qualquer Estado, que passa a regular a relação entre seus membros, na esperança que sejam preservados esses alicerces que, ao longo do tempo, a família propicia às culturas e às sociedades em todos os estágios de organização.

Aqui o olhar do legislador hodierno se depara com a imediatez da aplicação técnica dos conhecimentos das ciências relacionadas à vida (biologia, genética, medicina, etc.) e se vê atônito com novas situações que hoje são objeto da recém nascida bioética, e que se debruçam sobre as conseqüências da fertilização in vitro heterônoma pós mortem, clonagem, barriga de aluguel, ou seja, há, nas definições dos limites da vida, um novo rol de situações que refletem diretamente na família e que hoje já não permite mais afirmar, o que historicamente sempre foi uma certeza, porque, em face do avanço nas técnicas geneticistas, seja ainda e apenas na família que a reprodução aconteça; ou que em face da globalização, a produção ainda se atrele à família; ou que com a evidente terceirização à escola, à TV e até mesmo à internet, mal podemos afirmar que a transmissão de conhecimentos ainda se dê na família.

2.4. *A aparente diminuição dos problemas: o direito privado da família*

No centro da viagem para a modernidade, a família fechou-se sobre ela mesma, privatizou-se, e com ela, privatizou também o direito que a regula. Se tomarmos o entorno do século XVII encontramos um homem, cujo pensamento associa liberdade à felicidade, o que destruía na raiz o mundo anterior fundado na tradição e na autoridade.[15]

O que se viu efetivamente foi a liberdade, que era honra para os nobres – desde que fosse por eles controlada –, infiltrar-se em todas as classes sociais a partir do século XVIII. Essa extensão da liberdade tocou e abalou a instituição do casamento[16].

A idéia de que o casamento deve ser uma união baseada no amor romântico leva à conclusão "lógica" de que, se o marido e a esposa descobrem que não se amam, devem ser autorizados a dissolver o casamento. Esta prática colidiu com o controle do casamento por parte da Igreja e o Estado, como se viu na história. O casamento, instituição tradicional, sustentado pela pressão social e pelo Direito, é substituído pelo casamento-contrato, entregue às vontades dos cônjuges, passando a ser visto como a união entre duas pessoas independentes, que perseguem com liberdade a sua felicidade. À medida em que a família perde o seu sentido social tradicional, centra-se sobre a função da intimidade.

Aqui temos uma questão, que é levantada por alguns juristas: será que o Direito da Família ainda tem sentido ou a sua única função agora é de natureza patrimonial? Isto porque o direito ao divórcio, ou seja, o direito à dissolução do vínculo conjugal quando um dos cônjuges quiser, surge nas ordens jurídicas enquanto que o direito ao aborto, por parte de uma mulher casada é retirado totalmente do controle do marido, dependendo a vida da criança só da mãe.

A questão pode crescer indefinidamente em exemplos, mas na essência, o que se quer aqui apontar é que, numa tal situação, a referência à família, à paternidade, perde-se completamente. A família deixa de ser o espaço de desenvolvimento e de realização pessoal dos seus membros. O direito da Família é quase substituído por uma cadeira das faculdades de direito em que se estudam os regimes de bens. No Brasil, ainda temos na geração dos avós, os casais que se uniram sob o regime de comunhão total de bens. Isto, trocado em miúdos, significa que não há um 'meu' e um 'seu'. Há um só patrimônio, que é 'nosso'. O que se observa é que desde a troca do regime legal de comunhão de bens para o regime de separação parcial, os casais já iniciam suas vidas com projetos distintos posto que ao invés de estarem se olhando e se vendo como um bem mútuo, cada um dos noivos somente vê o

[15] Note-se os termos da Declaração de independência dos Estados Unidos da América: *Todos os homens são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis; entre estes direitos encontram-se a vida, a liberdade e a procura de felicidade.*

[16] Como escreveu Adam Smith, *'o amor que dantes era paixão ridícula, tornou-se mais sério e respeitável. Como prova disso é válida a afirmação de que não havia antigamente a tragédia motivada por amor, enquanto agora ela é mais respeitável e influencia todos os espetáculos públicos'.*

'meu' bem que é apartado dos 'seus' bens, sem que haja o espaço para o desejável 'nosso'. Perde-se assim o horizonte da comunhão, no sentido cristão do casamento e o direito passa a ouvir a piadinha, de gosto duvidoso, em que se diz que noivos antes do casamento só dizem 'meu bem' para cá, 'meu bem' para lá. Passado o casamento, a delicadeza se substitui pela rudeza dos meus bens para cá e dos seus bens para lá.

2.5. A família que entrou no novo milênio

No hemisfério Norte, as estatísticas dão conta de profundas modificações. As uniões legais diminuem, a idade dos casais sobe, o número de filhos diminui, o número de divórcios cresce e o de segundos casamentos decrescem. O problema da família está no centro da questão social, com uma tal evidência que os dados passaram a ser notórios, ou seja, de tão amplo domínio público que dispensam comprovação. Aí está.

A grande pergunta que se coloca é: será que as causas que levaram ao quase desmantelamento da família serão as mesmas que a levarão hoje a uma recuperação? A questão encontra a sua razão de ser numa dúvida crescente: não será a família hoje o último refúgio de humanização? Ou o individualismo e o egoísmo contemporâneos da sociedade pós-industrial continuarão a promover a desagregação da família? Dito de outro modo, a resposta que se persegue é se a família terá hoje uma nova função social de acolhimento, de ser o reduto do afeto, o asilo da humanidade esfacelada em cada um de nós?

Por certo que qualquer conclusão que possamos alcançar é e sempre será provisória, dependendo do contexto político e social em que se encontre. Levando em conta esse aspecto preliminar, temos ao menos que encarar a pergunta se da família só restam escombros. É certo que o tamanho da família está reduzido à família conjugal, sem o mesmo significado que tinha a grande família tradicional.[17]

2.6. A família brasileira hoje

A família no Brasil apresentou mudanças nas últimas décadas do século XX: a fundação IBGE chegou a detectar uma queda substancial do tamanho da família, que diminuiu em todas as regiões: de 4,3 pessoas por família em 1981, chegou a 3,3 pessoas em 2001, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2003. O número médio de filhos apresentou uma diferença mínima em relação do ano anterior: de 1,6 para 1,5 filhos.

A família composta por mulheres sem cônjuge com filhos definiu-se mais claramente no Norte (20,4%) e Nordeste (18,5%) durante os anos 90. Porém, esse

[17] Surgiram novos atores, melhor talvez dizer que estão retornando ao palco novos atores, o que volta a alargar a família conjugal e dá um sopro de esperança a uma releitura dos valores da família tradicional. Aqui, bem vindos os novos e (jovens) avós, que em tempos de crise econômica, voltam ou acolhem a família de seus filhos, sendo suas parcas aposentadorias, algumas vezes, o único sustento de todos! Ou nas classes ditas A e B, são os próprios filhos que retardam a saída de casa, numa falta de autonomia econômica que, também, os mantém sob o teto paterno por mais tempo que os das gerações passadas.

novo padrão apresentou, no mesmo período (1992-1999), um crescimento relativo maior no Sudeste e no Centro-Oeste.

O que com esses números se quer apontar é que não é mais possível conformar a instituição família à definição como aqui apresentamos nas primeiras linhas. O quadro social brasileiro sofre novidades flagrantes como nesse exemplo que já configura um novo padrão, ou seja: famílias chefiadas por mulheres, mães e filhos sem a figura paterna, chegando, no Nordeste do País, a representar mais de 1/5 das famílias constituídas.

Agora, atenção, porque daqui tiramos algumas conseqüências à catequese porque "é usual atribuir-se à família destacado papel na transmissão dos conteúdos religiosos, dado seu papel no processo de socialização primária"[18], do mesmo modo que a permanência no catolicismo deve-se basicamente à essa transmissão familiar: introduzido no catolicismo desde a infância, a população brasileira segue católica para o resto da vida, só deixando sua religião em casos relativamente pouco freqüentes. É a partir deste dado que se pode formular em termos sociológicos o problema da evangelização no Brasil.[19]

Isso não significa de pronto que toda e qualquer família transmita os conteúdos desejados pela Igreja. Ela transmite os conteúdos dos quais é portadora. Os conteúdos que a catequese de hoje deverá cuidar de transmitir será o objeto do item 3 deste trabalho, cabendo, neste momento alertar para o crescimento do novo padrão de família em face da importância do elemento feminino, em especial, da mãe que, em 44,5% dos casos é o agente familiar de socialização religiosa; sendo que em 42,5% foram pai e mãe; em 7% o pai; em 4% outros agentes familiares do sexo feminino (tia, avó, madrinha) e em 2% dos casos foram outros agentes.

A mesma pesquisa revela que "o conteúdo transmitido pela mãe limita-se às noções e modelos de comportamento que sirvam de apoio à vida familiar. Assim, Deus é visto como o pai, aquele que tem autoridade para punir e recompensar, mas que é o protetor por excelência. Maria Santíssima é a mãe que a tudo atende. A esses conteúdos são acrescentadas orações que as crianças devem decorar para saber se relacionar com Deus, com Nossa Senhora e com os santos", o que reflete o 'catolicismo popular' que, nesses moldes encontra-se privatizado às famílias. Por isso, caberá à catequese incluir a dimensão eclesial e cristocêntrica no desafio de levar o seu destinatário à vivência do Evangelho na comunidade da Igreja.

... caberá à catequese incluir a dimensão eclesial e cristocêntrica no desafio de levar o seu destinatário à vivência do Evangelho na comunidade da Igreja.

[18] Cf. **RIBEIRO DE OLIVEIRA**, P.A. *Catequese e socialização da fé*, RJ:CERIS-CNBB, 1974 (mimeogr.), pág. 22.

[19] Idem, pág. 19.

3. A questão da Catequese para hoje

Aqui vale analisar uma pesquisa que teve por base um questionário aplicado entre 107 professoras no meio rural, com idades entre 15 e 30 anos. O teste revelou bastante baixo o conhecimento religioso. Foram feitas 10 perguntas e a nota média do grupo foi 3,87.

As perguntas com maior acerto foram: O que é a Santíssima Trindade? Quem é Jesus Cristo e qual a sua obra? Entretanto, é interessante notar que 8 professoras afirmaram que a Santíssima Trindade "é a Mãe de Deus"! Isso se explicaria ou por problema de formação ou porque são termos mal ouvidos e mal interpretados. Assim, de Santíssima Trindade formou-se Santíssima-trindade, fundindo-se matrindade e maternidade.[20]

O Concílio Vaticano II, olhando de frente a realidade, impulsionou o projeto de renovação da Igreja, enfatizando a necessidade da vivência comunitária da fé, o que dá um passo além da privatização do 'catolicismo popular' com sua transmissão ligada mormente ao núcleo familiar e vai querer do leigo, mais que sua declaração nominal de adesão ao Catolicismo, a expressão desta adesão pela sua efetiva participação nos organismos e sacramentos da Igreja.

A proposta do presente estudo é lançar o olhar para o futuro da catequese, fundamentando as nossas esperanças na experiência vivida, na experiência testemunhada pessoalmente pelo agente da catequese, portador da mensagem evangélica para, assim, podê-la transmitir de modo pessoal e criativo, como ocorreu entre os primeiros cristãos, resultando numa volta à síntese do cristianismo, que nos faz pensar que "o ensino de Jesus sobre Deus nos coloca em presença da Palavra do próprio Deus, cumprindo-se a profecia de Isaías (54,13): E serão todos ensinados por Deus (Jo 6, 45)."[21]

3.1. Jesus Cristo e sua postura diante da família.

Mateus narra em seu Evangelho que Jesus "abandona a vida familiar normal, deixa a mãe e vai andando pela Galiléia, à procura da Liberdade (Mt 10,35). Seu modelo de vida é calcado nos que vivem sem família e se fazem pais, mães, irmãos, irmãs na fé e na caminhada (Lc 18,29). Quando Jesus ao celebrar a Páscoa, não reúne a sua família, como fazem os judeus comuns, mas os discípulos, deixa claro que ele pretende uma profunda reorganização da família, com a instituição de uma nova ordem, um novo parentesco, uma nova família[22], a família de Deus, formada com base no parentesco espiritual, numa fraternidade que é universal.

Importa aqui o apelo a se unir a uma comunidade de discípulos cuja estrutura nada deve ao estatuto familiar. E é com isso que Jesus alarga a idéia de parentesco

[20] Idem, pág. 37

[21] **RUIZ DE GOPEGUI**, Juan A. Conhecimento de Deus e evangelização: estudo teológico-pastoral em face da prática evangelizadora na América Latina. SP:Loyola. 1977, p. 33.

[22] **HOORNAERT**, Eduardo. Hermas no topo do mundo. Leitura de um texto cristão do século II. SP: Paulus. 2002, pág. 13.

incluindo o parentesco espiritual na estrutura familiar vigente. A característica fundante da nova família é o apelo e resposta individual. É o unir-se a uma comunidade de discípulos cuja estruturação nada deve ao estatuto familiar, conforme a cena forte deixa claro em Mt 12,49-50: e apontando para os discípulos com a mão, disse: "Aqui estão minha mãe e meus irmãos, porque aquele que fizer a vontade de meu Pai que esta nos Céus, esse é meu irmão, irmã e mãe.

Os membros da nova família estão reunidos por um novo elo: 'fazer a vontade de meu Pai que está nos Céus", essa vontade esconde um conhecimento, que é o conhecimento da vontade de Deus, que é o conhecimento do próprio Deus que se revela no encontro com Jesus Cristo.

... Mulher, eis aí o teu filho. Filho, eis a sua mãe. (Jo 19,26).

E que não se pense que Jesus abandona a idéia de família que então vigia. Ao contrário: Ele a quer universal. Essa é, talvez, a maior lição que os nossos contemporâneos podem fruir da idéia de família para informar as nossas relações dentro e fora de nossas casas. Prova maior de que o projeto de Jesus era o alargamento universal da família está no que Ele, que é a Palavra de Deus, determina na crucifixão: ... Mulher, eis aí o teu filho. Filho, eis a sua mãe. (Jo 19,26).

É ao modo de uma longa oração que o grande teólogo Karl Rahner[23] nos ajuda compreender detalhadamente a extensão da relação familiar trazida por Jesus em seu momento derradeiro:

> "Agora, na hora da morte, é chegado o momento em que a Sua mãe deve estar de novo com Você. Agora não é momento para ela Lhe pedir um milagre. É o momento de Você morrer, e ela tem que estar lá. Porque ela é aquela a quem você disse: Mulher, o que você quer que eu faça? A minha hora ainda não chegou. Agora a hora chegou, e o Filho e a sua mãe vão atravessá-la juntos. Esta é a hora do adeus, a hora da morte. Esta é a hora em que a mãe, que é uma viúva, está por perder o seu único filho.
>
> E, então, uma vez mais, o Seu olhar se dirige a Sua mãe. Você não poupou essa mãe de nada. Você não foi apenas a alegria da sua vida, mas também o amargor e a dor. Mas ambos foram graça Sua, porque ambos eram o Seu amor. E porque em ambos ela esteve ao Seu lado O servindo, Você a ama. Ela não se tornou Sua mãe no mais profundo sentido até que realmente sofresse isso. Porque os Seus irmãos e irmãs e mãe são aqueles que fazem a vontade do Seu Pai que está no céu.
>
> Mesmo na agonia o Seu amor se apressa em expressar a ternura que neste mundo todo filho sente por sua mãe. E por Sua morte mesmo

[23] **RAHNER**, K. As sete últimas palavras. O texto foi publicado, originalmente, em Gebete des Lebens. Freiburg im Breisgau: Verlag Herder, 1984. A presente tradução foi feita pela signatária, a partir da versão em Inglês: The seven last words, in Prayers for a lifetime. NY: Crossroad, 1984, 48-59. O texto integral da versão em português encontra-se publicado em ITAICI – Revista de Espiritualidade Inaciana, n. 60, junho de 2005:Loyola, págs. 91-99.

as mais tenras e preciosas coisas deste mundo se tornam consagradas e santificadas, coisas que tornam o coração terno e a terra bela. A Sua ternura não morre no Seu coração mesmo quando ele está sendo esmagado na morte. E desse modo, tudo se redime para o céu. Haverá uma nova terra porque mesmo na morte Você amou a terra, porque mesmo enquanto morria por nossa salvação eterna Você estava tocado pelas lágrimas que Sua mãe derramava, porque mesmo enquanto abandonava a Sua vida para que a terra pudesse ser feita inteira Você estava ansioso por causa de uma viúva, e deu um filho a uma mãe e uma mãe a um filho.

Mas ela não fica de pé sob a Sua cruz apenas com a solitária dor de uma mãe cujo filho está sendo assassinado. Ela fica de pé também em nosso nome. Ela fica de pé como a mãe de todos os seres vivos. Ela dá o seu Filho em nosso lugar. Foi em nosso nome que ela pronunciou o seu 'fiat' para a morte do Senhor. Ela foi a Igreja aos pés da cruz; ela foi a raça dos filhos de Eva; ela estava lutando a luta de todo o mundo entre a serpente e o Filho da mulher. Por isso, se Você deu essa Mãe ao discípulo amado, Você a deu a todos nós.

Você também está dizendo a mim "Filho, filha, eis aí a sua mãe. Oh, palavra que nos deu um legado que durará para sempre! Oh, Jesus, somente o homem que tomar a Sua mãe como sua própria mãe poderá ficar de pé na Sua cruz, como fez o discípulo que Você ama. E toda a graça recebida por Sua morte chega a nós através das mãos puras dessa mãe. Diga a ela quando Você olhar por minha pobre alma: "Mulher, eis o seu filho; Mãe, eis sua filha."

Apenas um coração puro e virgem como o coração desta Mãe poderia ter dado o seu sim em nome de todo o mundo para o casamento do Cordeiro com sua noiva, a Igreja, a raça humana inteira redimida e purificada pelo Seu sangue. Se eu me abandonar e permitir que Você me introduza no coração de Sua Mãe, a Sua morte não terá sido em vão para mim. Assim, então, presenciarei o dia do alvorecer de Suas eternas núpcias, o dia em que toda criação será renovada e unida para sempre a Você.

3.2. A proclamação de Jesus e o objeto da catequese

É no convívio dessa nova família, universalizada espetacularmente, que Jesus põe-se a ensinar. Em Lc 4, 16 ss, após ter proclamado, em pé, a perícope bíblica (Is 61,1 ss) Jesus senta para explicar a Escritura, mas o seu ensino é uma proclamação da chegada do Reino. Conforme a atenta observação do teólogo Juan Ruiz Gopegui, anúncio e ensino são dois elementos que se entremesclam e se completam formando uma unidade indivisível: o testemunho. O anúncio de Jesus é o testemunho da Palavra voltada desde o início para o Pai, da Palavra que é Deus.

O testemunho é, assim, a única forma de discurso que Deus pode assumir, para

revelar ao homem o seu próprio mistério. Isso implica que o que nos chega não é uma notícia do testemunho de Jesus, mas repita-se, o que chega até nós é sempre o mesmo testemunho, presencializado na ação do Espírito que sustenta e dirige toda a ação evangelizadora da Igreja. Por esta razão, o objeto, tanto do anúncio apostólico, como da catequese não pode ser outro que não o Cristo.[24]

3.3. As exigências da catequese

Como vimos, na sociedade tradicional, os valores religiosos são transmitidos pelo mesmo processo de socialização cultural. Na família, a mãe tem um papel preponderante na transmissão das noções religiosas do catolicismo. Tais noções se aprendem, mais das vezes, com o aprendizado da língua e vêm impregnadas da cultura, podendo estar deturpadas, misturadas com interpretações ou crenças pouco católicas.

Acontece que não vivemos mais numa sociedade tradicional. Ao contrário, o que vemos é a crescente proximidade de culturas, a crescente proximidade de todas as expressões religiosas, o crescimento de seitas de um modo tal que repensar o processo de evangelização é pensar em como se pode hoje apresentar o Evangelho a cada indivíduo de maneira que apareça como boa notícia a ele dirigia por Deus mesmo.

O sucesso da verdadeira catequese repousa no reconhecimento interior de cada ser humano do chamado que lhe é dirigido pessoalmente por Deus, que exige uma adesão pessoal, ou seja, a verdadeira catequese é um processo que deve levar ao encontro pessoal com Deus em Jesus Cristo, ou seja: deve levar a um 'conhecimento' de Deus no encontro com a Palavra do próprio Deus, que, assim, se autocomunica ao homem.

A catequese deve lutar por evocar significativamente a figura de Jesus Cristo, de maneira que ela possa ser contemplada como presença do Deus vivo nas situações históricas em que se desenvolve a existência humana, inclusive e principalmente na família.

O desafio é encontrar uma linguagem que mostre o verdadeiro e mais profundo valor do homem no mesmo discurso que fala sobre Deus. Se a catequese e a teologia devem em primeiro lugar falar de Deus, só o podem fazer se, ao mesmo tempo, falarem do homem e, aqui, cresce em importância, o papel da família universal, no processo de valorização do ser humano.

Nesse caminho, surge o problema da idéia ou da imagem que se faz de Deus. Por isso, o evangelizador de hoje não pode ser mais o porta-voz do vigário que transmite certas noções doutrinais fixas. Alerta o pe. Gopegui que esse agente da catequese deve ser alguém que tendo feito, na fé, a experiência

[24] **RUIZ DE GOPEGUI**, Juan A. *Conhecimento de Deus e evangelização:* estudo teológico-pastoral em face da prática evangelizadora na América Latina. SP: Loyola. 1977, p. 32-35.

de um encontro vivo com a Palavra de Deus e compreendido sua significação no interior de sua existência concreta, estabeleça um diálogo com seus irmãos para que eles possam descobrir, na sua própria realidade, essa Palavra única e irrepetível, dirigida à singularidade de cada pessoa e de cada comunidade.[25]

O sentido da experiência religiosa merece uma reflexão para que ele não se confunda com a autêntica experiência religiosa ou experiência de Deus que não pode ser restringida a uma dimensão da realidade, com determinadas formas específicas em que ela pode expressar-se com outros fenômenos pseudo-religiosos. Não é depreciar o religioso, é precaver-se da idolatria. Por isso, quanto mais o conhecimento de Deus se fundamenta unicamente na Palavra de Deus, tanto mais cresce em racionalidade e mais capaz se torna de iluminar a totalidade da experiência humana de Deus. Reciprocamente, na medida em que a razão pretende autofundamentar-se, sucumbe mais facilmente diante do fideísmo.

3.4. No encontro com Jesus Cristo, a experiência de Deus

A catequese deve lutar por evocar significativamente a figura de Jesus Cristo, de maneira que ela possa ser contemplada como presença do Deus vivo nas situações históricas em que se desenvolve a existência humana, inclusive e principalmente na família. Para isso será preciso mostrar como a contemplação da figura reveladora de Jesus Cristo só pode se dar no seguimento de sua pessoa. Porque somente daí resulta a experiência do encontro pessoal com aquele que é o único mediador do conhecimento libertador de Deus, e essa experiência se revela em Jesus Cristo como autocomunicação de Deus ao homem e conseqüentemente como presença imediata de Deus à consciência: Quem me vê, vê o Pai (Jo 14,9).[26]

Deus se revela na história, no lugar em que a história se desenvolve, e como essa história é cheia de contradições, Deus só pode se revelar na Cruz. Por isso, na morte de Jesus de Nazaré podemos contemplar 'o brilho da glória divina'. Este brilho, esta luz, não nos reenvia para o mistério escondido de Deus, porque ela é manifestação e presença do Mistério do Amor infinito entre os homens.

Ao contrário, essa luz nos reúne no amor de Cristo. E é diante de Nosso Senhor Jesus Cristo que se desvela o sentido da liberdade finita no seio de uma história em que o mal está presente. Diante da presença do mal é que Jesus Cristo, a um só tempo, é a figura que revela e que restaura o sentido, somente podendo ser contemplado na acolhida do projeto divino de salvação da história, que é libertação do Amor, como respeito e fundamento à livre responsabilidade do homem pela história.

A luz que revela a glória de Deus em Cristo só pode ser captada a partir do compromisso com a construção do Reino, no seguimento daquele que é a presença do Reino de Deus no mundo.[27] É isso que está

[25] Idem, p. 88.
[26] Idem, p. 133.
[27] Idem, p. 135.

contido numa canção que freqüentemente entoamos com emoção em nossas celebrações:

Sim, eu quero que a luz de Deus, que um dia em mim brilhou[28], jamais se esconda e não se apague em mim o seu fulgor.

Sim, eu quero que o meu Amor ajude o meu irmão a caminhar guiado por tua mão.

Em tua lei, em tua luz, Senhor!

Lembrei-me da canção como exemplo, porque a linguagem usada na catequese deve respeitar a forma histórica da revelação divina: deve ser rememorativa das palavras e dos fatos de Jesus (aqui a canção remonta à transfiguração, como em Mt 17,1-8) e interpretativa da significação teológica deles (que robustece a minha fé), nos moldes da linguagem normativa da Escritura, porque toda formulação da fé reenvia constantemente a Jesus Cristo, perante O qual só cabe a atitude de contemplação e de escuta atenta, o que é, ao mesmo tempo, seguimento e compromisso com a sua missão (de o meu Amor ajudar o meu irmão).

Como não existe um caminho direto da Escritura à contemplação de Jesus, a mediação da maneira de compreender o homem e as reações sociais e a mediação da práxis são inevitáveis. O problema é determinar como essa mediação deve ser concebida para que ela sirva para manifestar a mediação única e singular de Jesus Cristo no conhecimento de Deus.

3.5. A família e a catequese do agora ou o agora da família na catequese

Sabemos que a família detém papel preponderante na transmissão da idéia de Deus a seus membros. Sabemos que as dificuldades de propiciar essa experiência de Deus nos moldes aqui propostos, e que acompanham o trabalho do experimentado jesuíta Gopegui, antes mencionado, nos levam à constatação de que é preciso focar a catequese no grupo familiar, sob pena de se perder a experiência advinda de uma 'boa' catequese oferecida a um de seus membros no vazio da relação espiritual reinante entre os demais componentes da família.

Toda a renovação da catequese está depositada na esperança de que o seu agente seja efetivamente alguém que testemunhe esse encontro.

Olhando de frente a realidade, sabemos que dentro de um apartamento pequeno pode haver hoje uma família constituída de apenas 4 elementos e é cada vez mais usual que um, dois, três ou todos os membros da família pertençam a confissões diferentes de fé. Cabe agora ao cristão, o que coube à primeira geração de cristãos. Dar testemunho. E quando

[28] Cf. Mt 17, 1-8:... *e ali (Jesus) foi transfigurado diante deles. Seu rosto resplandeceu como o sol e as suas vestes tornaram-se alvas como a luz. A canção remonta aos momentos pessoais em que 'experimentamos' pequenas transfigurações em nossas vidas e, das quais nossa fé se alimenta no seguimento de Jesus.*

possível, dar razões da sua fé. E esse papel do cristão é para agora. É fundamental que este amor de Deus 'derramado em nossos corações' (Rm 5,5) seja, também derramado por nós cristãos nos corações dos nossos irmãos mais próximos, aqueles com quem partilhamos a mesa e o teto, porque é esse o amor que informa todo o amor humano. E a ausência desse derramamento de amor quase que impossibilita o amor fraterno que é o que possibilita, por sua vez, que se conheça Deus, revelado na figura humana de Jesus Cristo. Por isso é um grave desafio à catequese do agora, que se observe atentamente a conclusão de João, em seu Evangelho: Se o conhecimento de Deus não se fundamenta em Cristo (1 Jo 4,1-6), se não vai acompanhado pelo amor fraterno (4,7-12), é falso.

O objeto de tal conhecimento não é Deus, é um ídolo (5,21). O dilema que a evangelização deve enfrentar é 'fé ou idolatria'. O ateísmo é um problema derivado. Nega-se a Deus porque o homem ou faz dele uma idéia falsa ou porque já vive na adoração prática de um ídolo. A catequese para esse enfrentamento das falsas idéias de Deus, tem que se fundar na figura de Jesus Cristo, na revelação em Cristo, do Mistério de Deus uno e trino.[29]

4. Conclusão

O presente estudo buscou falar do instituto da família por sua própria caminhada na história do homem. Como alguém muito bem disse, a família é uma realidade que afeta a todos. Nesse sentido, mostrou-se como, por Jesus Cristo, a idéia de família alargou-se em função de uma sonhada fraternidade universal.

Nesse quadro da família de Deus é que se coloca o desafio da catequese que se depara, ora com o tratamento equivocado que recebe como mais uma matéria a ser 'ensinada' em paralelo à escola, ora como que de fato privatizada e levada a efeito no seio da família, com a força da influência do "catolicismo popular" que se soma ao despreparo na própria concepção do que deva ser o agente da catequese.

A partir dessa realidade é que se pretendeu apontar o cerne do desafio da catequese que não está simplesmente na transmissão de uma certa idéia de Deus, mas na do Pai de Jesus Cristo, o que somente se consegue obter pela experiência do encontro com Nosso Senhor Jesus Cristo, encontro esse que significa libertação para o homem. Toda a renovação da catequese está depositada na esperança de que o seu agente seja efetivamente alguém que testemunhe esse encontro.

Na verdade, dizer tudo isso é dizer que a catequese prepara a família de Deus para um encontro amoroso com Nosso Senhor Jesus Cristo, o que vale dizer que esse encontro prepara para o seguimento de Jesus Cristo como muito bem percebeu santo Inácio que "pede conhecimento interno do Senhor, que por mim se fez homem, para que eu mais o ame e o siga."[30]

Nos ritos finais das celebrações eucarísticas a bênção e a despedida terminam com o imperativo de os cristãos tomarem um mesmo propósito: o de ir em paz, porque sabemos que o Senhor nos acom-

[29] Idem, p. 170.

[30] Exercícios Espirituais 104.

panha. A assembléia que responde Graças a Deus é a família de Deus que se separa, cada um retornando à sua casa e às suas ocupações. Mas, como está escrito num comentário do missal cotidiano:

"damos Graças a Deus, retornamos às nossas famílias com a obrigação de conservar na vida cotidiana o que recebemos na celebração da eucaristia com a fé e o sacramento, e de levar ao mundo o fermento da vida cristã, fazendo-nos testemunhas de Cristo no meio de nossos irmãos[31], que são todos aqueles que fazem a vontade de meu Pai que está nos Céus.[32]

A autora é mestranda em Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte. É especialista em Direito Público e Privado, pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e membro da União dos Juristas Católicos (RJ).

Endereço da autora:
Rua Vicente Assunção 86501
31.740-250 – Belo Horizonte (MG)
e-mail: jussara.linhares@terra.com.br

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1 – **No seu trabalho de catequese você percebe a mudança no padrão da família? De que modo seria possível estender o olhar para os novos padrões de família valendo-se do ensinamento de Jesus Cristo sobre quem é família.**

2 – **O crescimento de famílias chefiadas por mulheres e a importância feminina na catequese deve receber um tratamento especial, dirigido a elas, que são agentes primeiros da catequese? Como pensar esse trabalho junto às mulheres na sua comunidade.**

3 – **Que critério você estabeleceria para selecionar agentes formadores da catequese?**

4 – **O que você percebe como a mensagem central da catequese para hoje.**

[31] Missal Cotidiano. SP: Paulus, 1997. Pág. 586.
[32] Mt 12, 49-50.

Subjetividade na pós-modernidade: motivações, desejos, sonhos.

WILLIAM CÉSAR CASTILHO PEREIRA

1. Introdução

Na denominada pós-modernidade, em especial nas últimas décadas, os discursos predominantes a respeito do que a vida deve ser têm-se empobrecido gradativamente, à medida que se apóiam, cada vez menos, em razões políticas, filosóficas, éticas e religiosas e, cada vez mais, em razões de mercado. É que as razões filosóficas ou religiosas, as grandes utopias políticas e cidadãs, apontam sempre para além da banalidade do nosso dia-a-dia, para um devir, uma transformação do sujeito ou do mundo que ele habita. Ou, então, para alguma forma de desejo que ultrapasse os limites de nossa morada organicista, e coloque-nos diante de uma corporeidade transcendente[1] – **a contemplação, por exemplo, para a vida religiosa.**

A depressão e a angústia, tão generalizadas atualmente, estão na origem do mal-estar contemporâneo, como sintomas emergentes do vazio do império do prazer à própria vida de mercado. O *"novo absoluto"* denominado Mercado, com seus sinais visíveis e invisíveis de realizações quantificáveis, não deixa espaço para o sujeito crítico, pensador, silencioso, místico e profeta. Neste sentido, a cultura pós-moderna casa-se como luva com um certo irracionalismo glamouroso, barulhento e extravagante (leia-se sem rumo, à deriva).

As utopias foram tachadas de totalitárias e fora de moda. Os novos movimentos sociais dos anos 60 e 70 (feminista, de jovens, ecológico, etário, étnico, religioso, gay, dos direitos humanos, dentre outros) foram gradativamente esvaziados e perversamente deslocados para os produtos de mercado. Ao emancipar-nos da utopia, colocamos lenha na fogueira do desencanto. A cratera do vazio ampliou-se. Só é possível re-significar esse vazio pela dimensão política, estética, filosófica, ética e religiosa. Um possível reencantamento do desejo em direção aos projetos religiosos, hoje, significa recuperar a grandeza mística direcionada pela profecia, denominada, contemporaneamente, de dimensão política.

A vida religiosa pode ser um *locus* da busca de sentido da existência, para o ser humano que está sempre tentando ampliar o domínio simbólico sobre o real do corpo, da morte, de Deus. Essa busca de produção de sentido não é individual – seu alcance simbólico reside justamente no fato de ser coletiva, e seus efeitos podem ser alcançados na vida religiosa comunitária educativa.

[1] O corpo, que já foi considerado apenas um objeto natural, é aqui entendido como corporeidade, ou seja, como um dos principais objetos de historicização. Esse eixo engloba investigações que analisam as transformações desse corpo do ponto de vista do desejo, das fantasias, do sagrado, dos movimentos e instituições correspondentes.

É nessa mesma busca que têm origem todos os atos de criação e invenção humanos. Por outro lado, os discursos de mercado consistem em cadeias metafóricas muito pobres, estéreis, curtas, que vão do objeto ao sujeito (e não o contrário), e encerram-se quando promovem a ilusão de um pseudo-encontro entre os dois, o puro gozo, ou seja, um prazer fracassado.

No clamor da cultura atual observa-se imperativamente que todos devem gozar. Sempre e intensamente. Não importa como. O discurso capitalista pós-moderno faz crer que o gozo, reduzido ao máximo de prazer possível, não deve ser interditado. Deve ser vivido *"além do princípio do prazer"*, mesmo que promova uma satisfação alucinatória, estranha e paradoxal. Pois o destino do gozo puro é sempre sustentado pela cultura de morte.

A dimensão política, ética e religiosa oferece uma canalização para o escoamento do gozo. A interdição do *"mais além do gozo"* marca o limite, acentuando o prazer como sinônimo de desejo. O desejo é o prazer possível. Uma satisfação substitutiva para a satisfação alucinatória do gozo. O desejo é uma potencialidade encarnada na cultura de vida e da alteridade. O outro é o limite para que se visibilize o desejo.

É como um ovo de pássaro, repleto de provisão de alimento, ao qual a mãe apenas transmite o calor. Haverá um momento em que ocorrerá um movimento do mundo externo, que significará, exatamente, viver. Tal movimento são as dimensões culturais da política, da ética, da estética e da religião que, somadas às substâncias contidas no ovo, geram a potencialidade do desejo, a cultura de vida.

A vida religiosa é uma organização que sinaliza (sacramento) o mistério do amor de Deus, e anuncia a transparência escatológica do seu Reino. *"Nós não temos aqui a nossa pátria definitiva, mas buscamos a pátria futura"* (Hb 13,14). Essa é a dimensão utópica, transcendental, que deve ser acoplada ao seu complemento, o da *práxis* político-psicopedagógica, o processo de Missão, ou seja, da transformação do Reino de Deus.

2. A Vida Religiosa tem sentido?

A tristeza, o desânimo, a angústia e o sofrimento vêm pairando sobre sujeitos e o cotidiano da vida comunitária religiosa neste início de século XXI. O sofrimento está associado ao desgaste físico, emocional, à perda de importância e status perante a sociedade, ao envelhecimento, à diminuição de vocações, a pouca presença em meios populares, na linha de frente lutando pela justiça e o declínio da dimensão mística e profética.

Um desencantamento generalizado parece tomar conta de vários protagonistas e participantes religiosos toda vez que se discute o futuro da Vida Religiosa (VR); isso quando uma contida raiva ou mal-estar não se apodera das falas em que a VR aparece como alvo de uma qualidade sinistra e inferior generalizada, exposta aos sombrios desígnios de seus críticos. Ouve-se por todos os cantos: *"a VR está agonizando"*.

Diante desses sintomas, muitos deles não-ditos e proibidos de "bem-dizer" são canalizados pelo "mal-dito" do não-dizer, ou seja, do silêncio autoritário obsequioso, do puro recalque.

Existem pelo menos duas saídas. A primeira é uma estrada de mão única. Nela

se reúne uma torcida cujo lema é a absoluta negação da realidade. Aqueles que chamamos de alienados, os que esclerosaram o desejo. Fixaram e estacionaram no tempo. Ignoram as modificações advindas do mundo contemporâneo, das descobertas científicas e, sobretudo, dos sinais dos tempos anunciadas por Jesus de Nazaré.

Esse bloco é dos poliqueixosos, que reclamam, choram e vivem amargamente da repetição compulsiva de comportamentos frustrados, antigos e infantilizados. São status e experiências passadas que são recordadas com nostalgia e ressentimentos mal elaborados. Torcem, na arquibancada da vida, para que tudo fique como está e que seus lugares não sejam alterados. Não admitem a morte. Não toleram as perdas e os lutos. Paradoxalmente, sonham com mudanças. Porém, são apenas revoltados, jamais revolucionários.

... a finalidade do trabalho do religioso é deixar o mundo mais cheio de graça, mais encantado: consagrado.

A segunda estrada é de mão dupla. Neste bloco está a turma que perturba a *"lei do sábado"*, abala a certeza e a segurança, e engendra novos territórios. Nela reúnem-se os que reconhecem os conflitos institucionais da VR e não ignoram as grandes transformações da sociedade contemporânea que atravessam e sobredeterminam o cotidiano da vida comunitária. Analisam que esses sintomas também aparecem nas instituições do Estado, da família, da educação, do urbano, da comunicação, do trabalho, da sexualidade, do feminino, do masculino. Ou seja, admitem que tudo foi interpelado nessas últimas décadas, inclusive, a VR. Ora, a finalidade do trabalho do religioso é deixar o mundo mais cheio de graça, mais encantado: consagrado. Vários religiosos e religiosas, e leigos simpatizantes, afirmam que a VR tem futuro e, mais do que isso, um futuro que é indispensável às nossas sociedades, com a condição de abandonarmos a eterna ruminação e a queixa estéril e histérica do passado, assim como a repetição de fórmulas que perderam sua eficácia simbólica e que permanecem apenas para sustentar o poder narcisista de alguns em detrimento da maioria que deseja uma VR mística e profética.

Essa torcida aposta, não na revolta, mas na revolução. Esse grupo está inserido plenamente no gramado dos grandes estádios e campos da vida, como os dos sem-terra, dos sem-teto, dos moradores de rua, dos portadores de dificuldades mentais e físicas, dos movimentos feministas, ecológicos, dos negros, dos imigrantes, dos GLS, da terceira idade, da criança e do adolescente e de todo povo de Deus excluído no deserto da sociedade neoliberal.

3. Nem todos os caminhos levam a Roma

O ser humano é um ser histórico que vai articulando suas escolhas livres ao longo do tempo. Em certo sentido, *não nasce pessoa, mas vai se tornando pessoa*, humanizando-se, a partir da relação com o outro em instituições. Isso nos leva a perguntar: o que é uma instituição?

A instituição é uma instância imaginária, que vai além de seu espaço aparente ou manifesto. Reúne saberes que permitem, a todo tempo, recompor as rela-

ções sociais, organizar espaços, fixar e recortar limites. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo determinado de instituição: do Estado à família, dessa à Igreja, à escola, às relações de trabalho, ao sistema jurídico, à saúde, à cultura e ao lazer, aos meios de comunicação.

Esses aparelhos ideológicos do Estado afirmam-se capturando a subjetividade dos sujeitos através da produção simbólica, da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio e da disseminação da culpa e da dependência.

Realizar análise em uma instituição é questionar o espaço da hierarquia e dos subordinados, a produção dos equipamentos de capturação da subjetividade, a relação entre o instituído e o instituinte, ou seja, liberar a palavra da instituição, o "não-dito". A análise é resultado das lutas de sujeitos e grupos apaixonados. Aliás, nada se faz sem grande paixão. Instituições que não sonham e não apostam na utopia estão à beira da morte.

3.1. Por que nos instituímos?

Por que nos instituímos? Essa é uma lei geral, presente em qualquer processo civilizatório. Acontece que nós, os humanos, somos seres incompletos, desamparados. Somos mistério.

Em todas as instituições, presenciamos os atravessamentos edípicos com seus inevitáveis sintomas familiaristas: independência e dependência, autonomia e submissão, liberdade e recalcamento, consciência e alienação, democracia e autoritarismo, autogestão e centralização, e muitos outros.

Os seres falantes criam e desejam as instituições, visando à diminuição do estado de desamparo, inerente à condição humana. Espera-se que as instituições criem estruturas razoáveis de apoio afetivo para diminuir e apaziguar as sensações de caos absoluto e destrutividade das relações solidárias.

Assim, a religião produz sentidos de comunidade, fraternidade, vida e morte, e orienta as escolhas éticas; os mitos explicam e fundamentam as interdições necessárias à manutenção do laço social e os antepassados detêm um saber a ser transmitido de geração a geração.

3.2. A função perversa da instituição

Acontece, entretanto, que a instituição – *mal necessário* –, geralmente se transforma num *mal mais do que necessário* e, dessa forma, deixa de *ser um bem para tornar-se um mal desnecessário*. Isso ocorre, sem possibilidade de exceção, em todos os casos em que a estrutura institucional põe-se a serviço, não do desejo, em sua justa e necessária medida, mas de privilégios, corrupção, antiprodução, injustiça e iniqüidades. Quando assim acontece, por exemplo, na instituição religiosa, ela se degrada, perde seu sentido original e de fundação e se transforma num instrumento perverso, contrário à fraternidade e à produção, trabalhando para criar o avesso da liberdade, isto é, a servidão alienante ou a servidão voluntária, usando, como pretexto, inclusive, o voto de obediência.

3.3. Instituído e instituinte

O conceito de instituição vem, também, revestido de duas faces inseparáveis, o "instituído" e o "instituinte", ou seja, a

lei e o carisma (desejo). Assim, a instituição é um processo aberto, fluido. A trama dialética entre os movimentos do instituinte, do instituído e da institucionalização faz com que ela seja uma realidade inacabada, um ato permanente, um projeto em construção, como a própria vida. Por isso, a instituição não pode ser compreendida somente do ponto-de-vista conservador, sem nenhum movimento contrário, apenas como a face do instituído.

Nesse sentido, uma vida comunitária religiosa de coerção, de ritualismo pesado, de práticas prescritas, não responde ao momento atual. Embora não enxerguemos o outro lado da moeda, o instituinte existe. Ele sobrevive encoberto no seio de toda instituição, através de seu germe transformador, criativo e desejante. É como o *iceberg*, do qual só vemos a ponta aguda e cortante, mas que traz algo bem maior, de grande potência e inesgotável reserva. Nossos desejos criativos, inovadores e produtivos, dormem nesse espaço submerso à espera de estratégias do grupo que possam acordá-lo do sono repressivo e traduzir suas mensagens de libertação.

Sustentado por esses princípios, a VR deve descobrir outros caminhos que levam a Roma. Por exemplo, que passe primeiro, em Nazaré, Emaús, Assis, Ávila, Loyola, Puebla, Medellín, Santo Domingo, Calcutá, São Félix do Araguaia, cidades, favelas, ruas, campos e construções.

4. Trilhas: caminhos e descaminhos

A crise que tomou conta da VR não é especifica da Vida Consagrada. Vivemos mergulhados numa crise institucional, num modelo de instituição. Isso é benéfico. É sempre instrutivo com a condição de que possa desembocar numa abertura em direção à criação, às trilhas da utopia e a um novo sonho. Infelizmente, isso não anda acontecendo como deveria e com a velocidade que o mundo de hoje exige.

A crise institucional que a vida religiosa vem passando deve-se a uma série de fatores heterogêneos entre si. Esquematizando, podemos começar por distinguir as dificuldades externas e sociais que vêm afetando o mundo contemporâneo.

As dificuldades externas são sociais, econômicas e políticas. Não são pequenas e não devemos subestimar sua influência na instituição religiosa e nas transformações observadas no cotidiano da VR. Limito-me aqui apenas a ressaltar três delas: a subjetividade profundamente individualista/narcisista, o consumismo e o puro gozo como prazer fracassado.

Esse tripé pode ser observado através da teologia da prosperidade que oferece como em um mercado, uma promessa de bem-estar, de milagres e curas, de saúde plena, de vitória, de felicidade financeira mediante os cultos eufóricos, os canais do dízimo e das ofertas generosas à igreja. Para isso se concretizar utiliza-se da mídia banalizando os rituais sagrados. Tais pilares tornam-se meios eficazes de obtenção de novos negócios e de avanço de status e prestígios políticos.

Encontramo-nos frente a uma nova ordem simbólica, caracterizada por um grande consumo[2] de signos e imagens. O sujeito contemporâneo pode ser considerado tanto ator como consumidor, uma fi-

[2] Segundo Hobsbawm, "por sua própria natureza, a sociedade de consumo contemporânea cada vez mais obriga as estruturas políticas a se adaptarem a ela. Na verdade, a teoria do livre mercado

gura emblemática da sociedade espetáculo que apresenta um imaginário em constante pane.

São os primeiros fermentos das produções culturais que sinalizam a virada pós-moderna ou, como diz Jameson na sua ousada tese: *o pós-moderno não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado.* É a terceira e mais profunda fase do capitalismo, o capitalismo multinacional, cujas estruturas estão intensamente marcadas pela nova tecnologia (JAMESON, 1992). Em outra formulação: a produção cultural integrou-se à produção de mercadoria. *"A promoção da publicidade como a arte oficial do capitalismo traz para a arte estratégias publicitárias e introduz a arte nessas mesmas estratégias"* (HARVEY, 1993, p. 23).

Portanto, os grandes centros industriais, a arquitetura e a produção cultural estão imbricados e vinculados a um novo estilo de capitalismo. Ou seja, a produção cultural atinge o inconsciente e perverte os desejos, incitando assim o avanço tecnológico que, por sua vez, desperta novos desejos. Entra-se numa roda de produção de desejos sem fim.

O capitalismo é um sistema onde o crescimento da produção, para atender necessidades e desejos, só faz aumentar a demanda por novas formas de desejo. Pois a questão básica do capitalismo está no permanente estado de insatisfação. O capitalismo vive da produção da carência, onde a falta é constitutiva do seu sistema de produção e consumo. Vive-se do sintoma do consumo: fazer-se devorar, fazer-se drogar e fazer-se endividar. Não se trata da carência de necessidades, que escraviza os mais pobres, e sim da carência no âmbito do gozo, que move compulsivamente o consumidor. Seus princípios essenciais repousam na falta de equilíbrio estrutural e no seu caráter antagonista: vive-se de crise em crise. Seu estado normal consiste em viver insatisfeito. A dimensão da realização é a insatisfação absoluta, ou seja, o excesso. Seu lugar privilegiado é o shopping center, onde não há relógio, não chove, não faz calor ou frio. O shopping center é o lugar do mundo exatamente aonde ele não existe. A dimensão da satisfação é a insatisfação absoluta, ou seja, o excesso. A elite capitalista guia os desejos das massas: o luxo estéril que hoje deleita a elite, amanhã se torna objeto de desejo para as massas.

Olhando para o interior da VR, é preciso reconhecer alguns pontos restritivos que ainda fazem parte do cotidiano comunitário e que produz falta de entusiasmo, ansiedade, insatisfação, solidão, inutilidade, desvalorização e desgaste, quando não uma falta de confiança de se engajar para valer numa empreitada, cuja reputação só faz piorar. Registro aqui seis aspectos que fazem parte do cotidiano da VR.

4.1. O mito fundador

Primeiramente, é essencial analisarmos a importância dos mitos na fundação e formação de uma Congregação, como também é urgente a sua re-significação. Não

alega que não há necessidade da política, pois a soberania do consumidor deve prevalecer sobre todo o resto: o mercado supostamente deve garantir o máximo de escolhas para os consumidores, permitindo-lhes satisfazer todas as suas necessidades e desejos por meio dessas escolhas" (HOBSBAWM, 2000, p.118).

há grupo sem tessitura histórica, discurso, narrativa, heróis e antepassados. *"No princípio era o Verbo"*, dizia-nos São João. O resgate dos mitos congrega a comunidade em torno da narrativa, provocando a identificação em uma rede simbólica. Nesse sentido, mitos são criadores do vínculo amoroso, responsável pela existência das comunidades.

À medida que se valorizam e redimensionam os traços da memória de fundação de um grupo, evidencia-se qualquer coisa que já não se constitui como simples dado, e sim como potência. O latente faz pulsar o sagrado, revelando a realidade múltipla, visível e invisível. Entretanto, mitos não são imutáveis. Eles devem ser inseridos em um contexto socioeconômico, psicocultural, lingüístico e religioso. Quando isso não ocorre, esgotam-se ou desgastam-se. É preciso, como a tudo na vida, reinventá-los. Quando um mito se torna eterno, dá lugar ao fanatismo e à redução do processo criador, impedindo qualquer processo de mudança e determinando a opção por um processo de conservação, estagnação e desencantamento. É necessário Refundar a Vida Religiosa. Refundar a VR é ir fundo a cata de sua verdadeira profundidade e na busca de sua primeira fundamentação, recolocando-a sobre seu sustentáculo originário. O fundamento em questão só pode ser Jesus Cristo.

A dimensão da realização é a insatisfação absoluta, ou seja, o excesso.

4.2. Conflito entre o fixo e o itinerante na VR.

Alguns episódios históricos deixaram feridas e cisões incomunicáveis entre religiosos (as). Na década de 70, várias Congregações buscaram, com afinco, a releitura de seu carisma à luz dos valores evangélicos. Surgiu, assim, em muitos religiosos (as) a aspiração por uma vida comunitária inserida em meio ao povo, além de questionamentos quanto ao trabalho até então realizado nas instituições — a educação nos colégios, os atendimentos nos hospitais, educandários, asilos, pensionatos e a assistência nas obras sociais.

A educação formal passou a ser revista de forma a atender aos novos rumos ditados pela VR. Cresceu a perspectiva da educação como ato político, relacionado ao tipo de pessoa e de sociedade que se quer construir. Dessa forma, ganharam espaço atividades educativas junto à comunidade, não-estruturadas em instituições como eram os colégios católicos tradicionais. A transmissão de saberes passou a se dar também através da educação popular em meio à população marginalizada.

Em razão mesmo dessa opção de inserção, muitos religiosos deixaram a atividade nas instituições congregacionais de ensino, saúde e assistência e optaram pela experiência em comunidades menores. A vida religiosa era, nesse momento, recriada, surgindo um jeito novo de ser Igreja, uma mudança de ótica, de espírito e, sobretudo, de estrutura institucional. A opção pelos pobres surgiu como referencial de vida e direcionamento das missões, que ganharam espaço em diversas congregações. A idéia de atuar sem pouso fixo, onde quer que a presença fosse demandada,

contrapôs-se à idéia de trabalhar em instituições territorialmente sedimentadas em um determinado lugar.

Alguns embates referentes a esse tema, no entanto, aparecem cotidianamente na VR. Vários religiosos destacam a dificuldade de se estabelecer de forma mais coerente e livre de conflitos sobre o que vem a ser verdadeiramente a inserção ou o trabalho em instituições fixas. Parece difícil determinar o que é de direito e o que é excesso, em uma ilusão de que existiria uma fórmula pronta que ditasse o que é ou não "permitido" de ser usufruído pelos religiosos que se dispõem a viver de um jeito ou de outro. Essa polêmica é uma ilustração do quanto podem ser sutis os preconceitos, as divisões e o grau de controle e autoritarismo na vida coletiva.

Não temos pronta a resposta sobre o melhor caminho nesse tema, até porque não existe resposta única. Há trabalhos em comunidades inseridas com fortes traços conservadores, verticais, desgastados e alienados. O mesmo se observa em colégios, educandários, hospitais e obras sociais. Não obstante, há projetos de emancipação nos dois níveis, de forte participação da população alvo, de estruturas de poder mais horizontais, de trabalho em equipe e de expressiva relevância espiritual, social e política.

O certo é que essa agressividade (sentimentos afetivos mal elaborados) envolvidos nessa dúvida precisam vir à tona, de forma a clarear pontos cegos e aproximar as partes em uma decisão que vale muito mais do que uma simples disputa, narcisista e sadomasoquista.

4.3. O masculino e o feminino

A sociedade patriarcal, racionalista e machista tem apresentado sinais de enfraquecimento. O mundo contemporâneo tem evidenciado o crepúsculo do macho. Há sinais de amadurecimento entre o masculino e o feminino. Ao longo do século XX, o feminismo restabeleceu o direito de a mulher recuperar sua sexualidade e a sua força de trabalho. A liberdade afetiva e a independência econômica minaram assim qualquer pretensão de propriedade e de controle dos homens sobre as mulheres. A reivindicação de igualdade e da diferença por parte das mulheres exerceu profunda influência sobre a VR.

Infelizmente, a Igreja Católica e a VR têm dado apenas pequenos passos para acompanhar essas mudanças. As mulheres perfazem a maioria das pessoas religiosas no panorama atual do mundo. *"A vida consagrada é, majoritariamente, feminina. De cada 100 pessoas consagradas, aproximadamente 80 continuam sendo mulheres e 20, homens*[3]*"*. Embora o número de mulheres consagradas tenha diminuído gradativamente, tal redução não é, se a examinarmos em profundidade, por falta de vocação e desejo e, sim, por falta de espaço digno de realização e valorização. Ignorar a emancipação da mulher é tomar o caminho errado. Paradoxalmente, a instituição Igreja Católica continua sendo misógina. Tem horror ao feminino. É demasiadamente fálica.

A VR não compreendeu que o feminino e o sagrado são aspectos que guardam, entre si, parentesco essencial. Trazem, ambos, a aura do que é indizível,

[3] Ver o excelente livro sobre a Vida Religiosa organizado por Fernando Prado: "Aonde o Senhor nos levar". São Paulo: Paulinas, 2006, p. 9.

incompleto. Falam da falta, da dimensão do enigma. Vivenciar o sagrado é da ordem do feminino, do não ter, é privilégio do ser de desejo, que busca apenas desejar. É com a força do feminino — portanto, do desejo — que religiosos e religiosas desenvolvem a dimensão mística e profética.

Se a força do feminino, tão próxima da vivência do sagrado, é marca fundamental e indelével para a história da VR, o encontro também com o masculino, na figura de vários místicos, trouxe o equilíbrio para centenas de congregações, indispensável para que fosse possível disseminar sua atuação. A história está repleta desses encontros: Francisco e Clara, João da Cruz e Tereza e outros. Esse feliz encontro pode ser lido como uma das ferramentas que permitiu, em várias épocas adversas, que mulheres e homens pudessem caminhar em meio ao povo, oferecendo o que lhes era possível.

É com a força do feminino que religiosos e religiosas desenvolvem a dimensão mística e profética.

4.4. Inutilidade Religiosa ou Formação Permanente/ Profissionalização

Assistimos contemporaneamente um grau assustador de desenvolvimento tecnológico e de informação. Por conta disso, todo trabalho precisa, atualmente, de revisão constante do ponto de vista metodológico e teórico. Apenas uma formação que não se limite a um período determinado de tempo é capaz de acompanhar o ritmo do mundo em que vivemos.

A VR dedica mais da metade de seu tempo, dinheiro, capital cultural e emocional apenas com a formação inicial. Pouco tempo é dedicado à formação permanente. Muitos, após a obtenção dos votos transformam-se em seres oniscientes e onipotentes. Nada os abala, não se angustiam com qualquer questão. Tornam-se funcionários de Deus fixos e estáveis sobre a vantagem de ficar dependentes. É a substituição do ideal da pobreza pela miséria humana: da dependência, da subserviência, da passividade, da ignorância, da solidão, da inutilidade e da desvalorização de si mesmo.

Dessa forma, é importante pensar que lugar tem, para a VR, a qualificação para o trabalho que realizam. Muitos religiosos (as) relatam as proibições quanto à educação formal que marcaram o início de suas vidas na VR. Declaradamente, temia-se que os (as) jovens (as) fizessem um uso deturpado da congregação, tirando proveito pessoal e, em seguida, abandonavam a vida religiosa. Vale pensar, também, na dificuldade que essa proibição causou ao desenvolvimento de vínculos entre religiosos (as) mais jovens e a Casa de Formação, já que os mesmos se viam marcados, desde o início, por um sentimento de desconfiança.

O passar do tempo trouxe para a vida religiosa a questão da profissionalização. Como resolver essa questão re-significando o carisma e a espiritualidade do grupo? Situa-se aí um dos principais embates junto aos religiosos (as). Uma das divisões mais importantes apontadas pelos religiosos (as) faz-se entre os que desen-

volvem exclusivamente um trabalho de inserção e os que exercem atividades profissionais.

As novas diretrizes trazidas pelo Vaticano II colocaram como desejável que os religiosos sejam financeira e profissionalmente independentes da instituição. A religião como único ofício perdeu o espaço que angariava inclusive vocações: ser religiosa era um fato em si, sem necessidade de maiores preocupações com aperfeiçoamento e conhecimentos em outras áreas. Vivia-se da prática de esmolas, das construções de grandes obras de asilo, hospitais, escolas, pensionatos, sanatórios e educandários.

O Concílio convocou os religiosos (as) para a formação além da Igreja, para o mundo, redirecionando olhares até então totalmente dirigidos para a vida religiosa. O novo olhar do religioso é sobre a pobreza que liberta, a obediência que abre perspectiva e a ternura que incentiva aos sonhos. O religioso atual é aquele que se angustia, aquele que tem questões, que se incomoda e busca caminhos do saber, da liberdade e da ternura.

4.5. O Comunitário e a Individuação

No mundo contemporâneo, a vida em comunidade vem perdendo força para a realização pessoal. Muitos temem que a formação profissional passe a ter mais importância para os religiosos (as) que trabalham do que as atividades políticas de inserção e pastoral — tônica da vida religiosa.

Para que essa discussão fique mais clara é importante distinguir individualismo, tão típico nos dias atuais, e individuação ou empoderamento (*empowerment*) (capacidade de desenvolver autonomia, poder, criatividade e responsabilidade). Esse último termo fala do processo através do qual cada pessoa torna-se singular, especial, com suas particularidades e potencialidades. Como conciliar a vida religiosa comunitária com o processo de individuação, principalmente na realização profissional e na busca de autonomia financeira, diferente de formas caritativas e dependentes? Como incentivar os valores da partilha e do desenvolvimento pessoal? Como cuidar para que a VR não abafe a profissionalização que integra as vertentes espirituais, pessoais e políticas?

Contrariamente, o(a) religioso(a) autônomo se enriquece através de relações transparentes, com tenacidade, espírito de determinação, trabalho e realizações assumidas com responsabilidade e reflexão. Ele não conjuga o verbo "pedir", mas "conquistar", "adquirir espaço". Evita qualquer tipo de dependência com relação às pessoas ou à instituição, seja ela de ordem econômica[4], intelectual ou cultural.

[4] Assim José Lisboa de Oliveira analisa a questão econômica na vida religiosa: "o modo mais concreto para educar os consagrados e consagradas a uma verdadeira responsabilidade diante da pobreza é superando o paternalismo e maternalismo. Muitos superiores e superioras habituam os membros de suas comunidades a receber tudo deles. Não lhes deixando nenhuma margem de liberdade no campo econômico, fazem que os consagrados e consagradas percam a noção da realidade. Não vivendo em contato com o mundo real dos pobres, não tendo a menor idéia do que acontece 'lá fora' são tentados a exigir e pretender o 'impossível'. Por isso, o melhor caminho é envolvê-los diretamente nos problemas da própria comunidade e do povo. Desse modo poderão sentir na própria carne o peso do sofrimento dos verdadeiros pobres" (OLIVEIRA, 2001, p.110).

Tenta construir a experiência com as próprias mãos. Sabe de seu espaço e de seus direitos, como também respeita o espaço das pessoas e da instituição.

É gratificante para os religiosos (as) de comunidade descobrirem juntos caminhos, soluções, acertos. E, mesmo na aprendizagem da convivência com o fracasso criam-se novas estratégias e melhores propostas.

Qualquer conjunto de pessoas que se propõe a viver como grupo e chegar ao sonho de ser uma comunidade passa por atropelos. Se pensarmos que esse grupo está inserido na realidade contemporânea, que estimula o que é contrário ao "nós", colocando o "eu" como centro, tudo fica mais difícil. O coletivo é visto, hoje, como ameaça à liberdade individual, o que promove a corrosão da cidadania e dos elos que entrelaçavam sujeitos em projetos comuns. Hoje, impera o convite ao gozo isolado, imediato, forjando uma liberdade que é dependente do consumo, do mercado.

Essa crise necessita ser explicitada, visando inventar uma nova maneira de lidar com a importância do subjetivo sem desconhecer a experiência comunitária. Se essas tensões não forem revistas, corre-se o risco do agravamento da solidão, da ausência de vida em comum e da perda do entusiasmo religioso. Corre-se, enfim, o risco de corrosão das energias espirituais que a vida fraterna pretende alimentar e sustentar.

Como é possível articular, no mesmo impasse ético, uma busca de realização pessoal, profissional e da vida comunitária? Há, pelo menos duas saídas anunciadas no horizonte da invenção. A primeira busca a recuperação da dimensão da amizade (do afeto por excelência, em seu verdadeiro sentido de desprendimento) como elemento básico da vida social. Os religiosos (as) têm dificuldade com a afetividade e a sexualidade. Trazer de volta à cena a amizade como atitude pública, e não como espaço da intimidade privada, da amizade particular/possessiva, do controle moral, do sadismo e do masoquismo. Uma comunidade fundada na valorização da amizade e da fratria traz para a cena pública todas as bases da ternura, do companheirismo, da solidariedade e da justiça. Esse caminho leva inevitavelmente à mística. A mística é a experiência de ternura com Deus.

O novo olhar do religioso é sobre a pobreza que liberta, a obediência que abre perspectiva e a ternura que incentiva aos sonhos.

O segundo caminho possível é ainda mais antigo: a política. Não há saída para os impasses da missão, do profissionalismo, da ética e da profecia fora da política. A dificuldade é que parece que tiramos férias da cidadania-política com a vitória dos partidos de esquerda. Os políticos profissionais tomaram conta do *lócus* da política. Há falta de políticos de vocação. Num momento em que mais se toca na morte da utopia, é importante resgatar a dimensão política na Vida Religiosa. O campo da política é o território do profeta. A amizade e a política vinculam-se com a mística e a profecia.

4.6. O Poder

O último tema do cotidiano da VR é a dimensão do poder. A proposta virtuosa de poder de Jesus foi elaborada em torno de uma mesa durante a celebração da partilha do pão e do vinho. No ritual, surgiu uma discussão entre os apóstolos: qual deles seria o maior. Jesus, percebendo a competição narcisista entre os seus companheiros, disse-lhes:

Os reis dos pagãos dominam como senhores, e os que exercem sobre eles autoridade chamam-se benfeitores. Que não seja assim entre vós; mas o que entre vós é o maior torne-se como o último; e o que governa seja como servo. Pois, qual é o maior: o que está sentado à mesa, ou o que serve? Não é aquele que está sentado à mesa? Todavia eu estou no meio de vós, como aquele que serve. (Lucas: 22, 24-30)

A leitura desse texto ilustra e esclarece o sentido do inconsciente e a estrutura edípica que habita entre nós. A dissonância entre o gesto amoroso de Jesus e as fantasias ambiciosas de poder dos apóstolos é flagrante. Na véspera de sua morte, Jesus cria um dispositivo autogestivo em torno de uma mesa, servindo pão e vinho a cada um de seus convidados.

Jesus denuncia a forma de governar dos reis. Salienta que os reis preferem a egofilia, o gostar de si mesmos; que os reis são solitários. Os solitários não amam, se ausentam, se defendem, se fecham e recusam a participação, ao trabalho de equipe e a autonomia dos companheiros. Mostra que é possível um grupo autogestionar-se, que é mais saudável os participantes interagirem e amarem sem a presença de um grande líder. Rompe com a idéia da centralidade do mito, do poder narcisista fálico e do excessivo mais gozar solitário. Sinaliza a autonomia e propõe o amor interpessoal e grupal. Inaugura uma relação que abomina a dependência e a possessão em torno do chefe que amplia o abismo de insaciáveis carências.

Jesus propõe um corte nas fixações neuróticas afetivas em torno do pai, que produzem disputa avarenta e obscena, delação do traidor, insídia, adulação regressiva infantil. O paradigma de governar de Jesus de Nazaré desconstrói a forma de governo onde o superior, o provincial ou superiora tem a última palavra. Jesus amplia a paixão e o amor entre todos. Não à monomania da paixão, sim à polissemia da união entre os (as) irmãos (as). A festa da última ceia conseguiu aglutinar as três virtudes: agapé, philia e eros, ou seja, a felicidade e alegria, o amor e o prazer.

Lamentavelmente, os apóstolos embriagados e fixados no excesso do puro gozo não souberam desfrutar desse convívio. Sem dúvida... Aquele que bebe sozinho se fecha. Aquele que está voltado apenas para dentro de si teme sair da realidade sensível com os outros. Os discípulos não substituíram o puro gozo do narcisismo fálico pelo prazer afetivo da convivência fraterna.

5. Conclusão

Temos ainda que nos perguntar se as transformações na composição da vida religiosa como desencanto, sofrimento físico e psíquico, perda de prestígio, aburguesamento, crise de redução de vocações, sentimento de inutilidade, menor

valia, desamparo, isolamento, ausência de mística e profetismo, e outros mais, são sintomas do que se pode detectar como uma crise ética na sociedade contemporânea?

Acredito que a VR que está em crise, é justamente a organização religiosa que desacelerou a sua forma de utopia e sonho. É o modelo onde germinaram as modalidades individualistas, incomunicáveis, centralizadoras, as restrições afetivas impostas, sobretudo às mulheres, a claustrofobia doméstica que contribui para fixar as pessoas sem perspectiva política/profética e sem a ternura amiga.

A rivalidade fratricida, que aparece recorrentemente entre religiosos (as) é muito mais a forma de organização em torno de uma figura monárquica vertical e onipotente do que a simples constituição do ser humano.

Na sociedade vêm surgindo novas formas de poder. Menos centradas na função paterna ou materna. Observam-se novas formas de pacto e alianças entre os irmãos (as). Hoje tem sido revalorizado na sociedade civil o poder da fratria, do trabalho de equipe mais condizente com a vida dos primeiros religiosos mendicantes. A VR mudou? A amizade entre os (as) irmãos (as), aquilo que era mais precioso, perdeu força?

Se lutarmos religiosos, religiosas e leigos para fazer avançar a VR, ainda é preciso saber pelo que lutamos. Penso que não vale a pena lutar para manter e conservar a transmissão de dogmas ou os mesmos e velhos caminhos que levem a Roma.

O campo da política é o território do profeta. A amizade e a política vinculam-se com a mística e a profecia.

E se a luta for por uma VR em invenção e criação? Por ela eu diria que sim, porque pode tornar, voltar a ser, apaixonante, cheia de graça e relevante socialmente, desde que cultivemos novos territórios extraídos de sonhos e de utopias ativas.

O autor é Doutor pela UFRJ. É Psicólogo Clínico, Professor da PUC Minas, do Instituto Santo Tomás de Aquino – ISTA e da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, Analista Institucional. Autor de livros e artigos.

Endereço do autor:
Rua Lavras, 935/502 – Bairro São Pedro
30.330-010 BELO HORIZONTE – MG

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1 – Como você e sua comunidade percebem as influência da pós-modernidade na Vida Religiosa?

2 – Que pode ser feito nas comunidades religiosas no intuito de superar o clima de pessimismo e frustração que parece ameaçar hoje a Vida Religiosa?

3 – O texto afirma que "a Vida Religiosa que está em crise é justamente a organização religiosa que desacelerou a sua forma de sonho e utopia". Partilhe em comunidade os sentimentos que essa afirmação suscita em você.

CRB

Impresso
Especial
050200140-2/2002 - DR/RJ
CRB
...CORREIOS...

Quadro Programático da CRB 2004-2007

HORIZONTES

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

PRIORIDADES

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parcerias com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunho de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

REALCES

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.